

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

TRÊS ENSAIOS SOBRE A ECONOMIA NAZISTA

GIOVANO VICTOR SIMÕES JUNIOR
matrícula nº: 112106392

ORIENTADOR(A): Prof. Daniel Barreiros

ABRIL 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

TÍTULO DA MONOGRAFIA

GIOVANO VICTOR SIMÕES JUNIOR
matrícula nº: 112106392

BANCA EXAMINADORA

PROF. ORIENTADOR. Daniel Barreiros
PROF. Eduardo Crespo
PROF. Daniel Vainfas

ABRIL 2018

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

Nota do Autor:

“De nada me orgulho ao analisar a economia de um governo que foi responsável por uma das maiores atrocidades cometidas na história da humanidade. Não importa quão estrondosa tenha sido a recuperação, nada vai calar o sofrimento das pessoas que sofreram com os ideais nazistas.”

Dedico este trabalho a Deus, em primeiro lugar, como sempre o será na minha vida. À Simone Campos Correia, a mulher que como mãe nunca falhou e que como amiga foi tudo para mim. À Neuracy Pereira Campos, a minha amada avó que tudo fez para que eu chegasse aqui e me formasse na UFRJ.

AGRADECIMENTOS

Se eu pudesse agradecer a todos os amigos que dividiram a jornada no Instituto de Economia comigo desde 2012.1, além daqueles que me acompanharam ao longo de toda a graduação, eu estenderia demasiado esses agradecimentos. Não obstante, foi uma honra ter tido o privilégio de conhecê-los.

Academicamente, de modo resumido, quero agradecer especialmente a Hélio Gaumata, pelos inúmeros semestres, noites viradas de estudo e amizade que compartilhamos. Não poderia deixar de agradecer a Marcos Paulo da Costa, Bernardo Ostrovski e Laura Ogando pelo companheirismo e amizade em todos estes anos. Foi um prazer estar ao lado de vocês.

Ao meu orientador, (Professor, Mestre e Doutor) Daniel Barreiros, pela ajuda na confecção desse trabalho e por permitir que eu absorvesse muito conhecimento através da sua esplêndida didática e me apaixonasse ainda mais por história.

Em especial e de forma mais demorada, a minha família. Deus tudo fez e a todos amou, mas ao me abençoar com minha mãe, Simone Campos Correia, minha avó, Neuracy Pereira Campos e meu pai, Giovano Victor Simões, Deus, no alto de Seus caminhos me concedeu a mistura certa para formar quem eu sou hoje. Como o Seu amor é infinito, a graça de Deus foi mais longe, me apresentando a Sua Igreja e a Sua verdade, pondo na minha vida pessoas que me amaram como eu sou e a quem eu amo incondicionalmente.

Com estas pessoas eu finalizo esses agradecimentos, Kelly – o amor da minha vida -, Mateus Waquim e Carolina Alves, a quem o mundo pode acabar, mas escolherão estar do meu lado e Leandro, meu amigo, vamos juntos a Nova Jerusalém.

Giovanna, minha filha, papai te ama!

Giovano Victor Simões Junior

RESUMO

A Alemanha no período nazista é objeto de grande discussão até hoje, no que tange a sua economia, seja pela coexistência de interesses quase antagônicos ou pela dificuldade de definição da natureza econômica do regime. O presente estudo pretende abordar esses dois debates através de uma análise da recuperação alemã que perpassa pelas políticas econômicas adotadas e seus resultados, não esquecendo a importância da interação entre os agentes econômicos e como eles comportaram nesse interim. O sistema econômico adotado pelo nazismo se tornava extremamente interessante não só pela sua economia, mas pela aproximação com diferentes teorias e correntes de pensamento que estavam se estabelecendo, de Keynes até o socialismo, numa época de crise no *mainstream* liberal.

Palavras-Chave: Alemanha nazista; Economia de Comando; Nazismo; Recuperação; Guerra Mundial.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A depressão na Alemanha 1928 - 1932	14
Tabela 2: A Recuperação Alemã 1932-1938.....	18
Tabela 3: Investimento Público e Privado na Alemanha 1928 - 1938	21
Tabela 4: Estimativa de empregos criados por estradas e carros até 1938.....	22
Tabela 5: Gastos cumulativos em criação de empregos civis na Alemanha 1933-1934 (MM RN)	24
Tabela 6: Participação das Forças Armadas no Total de Gastos Públicos	26
Tabela 7: Despesa Pública por Categoria na Alemanha 1928 - 1938 (Bi RM).....	27
Tabela 8: Despesa Militar, 1933/4 - 1938/9 (MM RM).....	29
Tabela 9: Produto por Trabalhador na Indústria Alemã 1940 - 1944 (% de 1939).....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: A relação do desemprego alemão e a porcentagem de votos para o Partido Nazista	13
Gráfico 2: Taxa de Retorno sobre o Capital na Indústria Alemã, 1925-1941	36

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
ENSAIO I – A POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO NAZISTA	14
I.1 – ECONOMIA ANTES DO REGIME	14
I.2 - PRIMEIRO MILAGRE ECONÔMICO ALEMÃO	18
<i>I.2.1 - Investimento Público x Privado</i>	20
<i>I.2.2 - O motor da política nazista</i>	24
<i>I.2.3 - Rearmamento</i>	25
<i>I.2.4 - Dívida e Financiamento</i>	27
I.3 - A REORIENTAÇÃO ECONÔMICA: DA RECUPERAÇÃO À GUERRA.....	29
CAPÍTULO II – A INDÚSTRIA E GOVERNO NO TERCEIRO REICH	31
II.1 – A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA.....	31
II.2 - O PAPEL DO INVESTIMENTO NA ALEMANHA: O INVESTIMENTO PÚBLICO EM POLÍTICAS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS.	32
II.3 - A REGULAÇÃO SOBRE A INDÚSTRIA: A REORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL E A CARTELIZAÇÃO	34
II.4 - BIG BUSINESS X NAZISMO	37
II.5 - O SEGUNDO PLANO QUADRIENAL E A BLITZKRIEG	41
II.6 - ALBERT SPEER E A RACIONALIZAÇÃO	42
II.7 - CONCLUSÃO.....	45
ENSAIO III - A ECONOMIA DE COMANDO NAZISTA	46
III. 1 – O CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL E AS DETERMINAÇÕES ECONÔMICAS	46
III.2 – O PAPEL DO ESTADO NAZISTA E AS TEORIAS SOBRE AS POLÍTICAS KEYNESIANAS	48
III. 3 – AINDA MAIS CONTROLE ESTATAL	52
III.4 - CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	55

INTRODUÇÃO

O período nazista, em sua totalidade, reflete até que ponto a sociedade pode chegar quando se depara com dificuldades de natureza econômica. A mais crua análise revela que o movimento nazi-fascista¹ é fruto da mistura entre a busca de alternativas para lidar-se com as condições econômicas do período entreguerras, com a onda nacionalista-revanchista frente as imposições internacionais a nação alemã, e as pretensões imperialistas e ideológicas de seu líder.

É impossível redigir um estudo ou artigo sobre o governo nazista e a IIGM² sem montar um cenário histórico-econômico que perpassa pelo fim da IGM³, o Tratado de Versalhes, o período de hiperinflação e a crise de 1929. A Alemanha dos anos 20 vivia momentos difíceis tanto na economia quanto na sociedade e cada um desses períodos construiu o cenário alemão da década posterior, que culminou na ascensão do nazismo e na Segunda Grande Guerra.

A derrota na IGM atingira a Alemanha em cheio. Por si só, a derrota num conflito de grandes proporções tem consequências extremas para a população e para a economia de um país. Porém, na Conferência de Paris em 1919, que oficializou o fim da guerra, a estratégia encontrada pelos vitoriosos para manter a paz no continente europeu viria ser a pior consequência decorrida da guerra.

Assinado pelos líderes das “Quatro Grandes”⁴, o Tratado de Versalhes foi o resultado dessa conferência. Dentre seus 440 artigos estavam escancaradas cláusulas abusivas, que imprimiam a Alemanha: humilhação moral, altos pagamentos aos países vencedores, a perda de colônias ultramarinas, além de regiões importantes para a economia alemã⁵. Desse modo, o império alemão teve seu território reduzido em cerca de 13%.

¹ Caberá no presente estudo tratar o nazismo e o fascismo igualmente devido ao foco da análise residir no campo histórico-político-econômico, excluindo assim o cunho ideológico das correntes.

² Segunda Guerra Mundial, 1939-1945.

³ Primeira Guerra Mundial, 1914-1918

⁴ Denominação política dada aos líderes das quatro principais nações vitoriosas: Estados Unidos, Reino Unido, França e Itália.

⁵ “(...) os que trouxeram maiores consequências à economia alemã foram: a) o pagamento de reparações de guerra aos países vencedores, cujo valor seria posteriormente definido; b) a destruição de todos os armamentos e equipamentos de guerra alemães; c) a proibição de edificar qualquer espécie de construção militar na região das margens do rio Reno; d) a perda da região mineradora do Sarre para a França, como compensação aos prejuízos causados durante o conflito; e) a entrega de oficiais alemães nominalmente escolhidos para julgamento; f) a imposição à Alemanha de toda a responsabilidade moral pela guerra; g) a perda dos territórios do Togo (para a Grã-Bretanha e a França), de Camarões (para a França), da Tanzânia e Namíbia (para a Grã-Bretanha), de Ruanda-Burundi (para a Bélgica), das Ilhas Marianas e Ilhas Carolinas (para o Japão), do

Keynes, membro da delegação britânica em Versalhes, posteriormente, concluiu que o tratado podia ser assim definido:

“O futuro da Europa não constituía uma preocupação; seus meios de subsistência não causavam ansiedade. As preocupações da Conferência, boas e más, se relacionavam com fronteiras e nacionalidades, com o equilíbrio de poder, expansão imperialista, o futuro enfraquecimento de um inimigo forte e perigoso, com a vingança e a transferência pelos vitoriosos de uma carga financeira insuportável para os ombros dos vencidos.” (KEYNES, 2002, p. 37)

A palavra insuportável, como definira Keynes (2002), parecia ter pouca grandeza perto do montante que foi imposto à delegação alemã como reparações e indenizações de guerra à serem pagas: a cifra atingira, 132 milhões de marcos-ouro, o que equivalia acerca de 33 milhões de dólares na época do acordo. Esse valor diferiria muito da estimativa feita por Keynes (2002) de 8 milhões de libras esterlinas. Estava claro que as cláusulas impostas não levariam a paz entre as nações, mas a outra guerra. Além disso, Keynes (2002) atentou que, a Alemanha estava obrigada a ceder uma média de 45 milhões de toneladas anuais de carvão aos países aliados, cerca de 35% da produção total no pré-guerra. Esse montante e os desdobramentos⁶ acerca dos pagamentos para quitá-lo seriam os principais responsáveis pela hiperinflação⁷ que sobreviria a Alemanha a partir de 1922.

Desde então, o que foi visto na Alemanha durante toda a República de Weimar⁸ foi uma política econômica voltada para estancar os efeitos adversos dos choques internos e externos sofridos. Sobre o período de hiperinflação, Schacht (1955) comenta:

“Era da inflação’ é, para todos os que ainda se lembram, bloqueio da entrada de alimentos no país, entrega de bens a potências estrangeiras, inexistência de direitos políticos, revolução social, enriquecimento repentino de figuras obscuras. Perda substancial das classes até então abastadas, empobrecimento da pequena, média e alta burguesia. Corrupção de políticos e funcionários públicos, negociatas políticas entre os partidos, as Forças Armadas e os ministérios. Mortalidade infantil crescente, criminalidade crescente, jovens deformados por causa do raquitismo, morte prematura dos idosos. Tudo isso e muito mais está contido na expressão ‘era da inflação’ (SCHACHT, 1955, p. 163).

Arquipélago de Bismarck (para a Austrália), além da anexação da região da Alsácia-Lorena pela França e da anexação das regiões germânicas da Pomerânia, Prússia Ocidental e Alta Silésia pela Polônia”. (FEST, SCHACHT e REIS apud COUTO E HACKL, 2007, p. 315)

⁶ Dentre outros fatores que marcaram esse processo vale destacar a perda de uma região estratégica situada na Alta Silésia para a Polônia, a suspensão dos pagamentos das reparações da guerra em 1922 e a ocupação do Vale do Ruhr em 1923.

⁷ A definição de hiperinflação é abordada por Franco (2005): “É sempre controversa a definição exata de hiperinflação, (...). A definição mais comum, introduzida no estudo clássico de Philip Cagan, considera que a hiperinflação começa no mês em que a inflação atinge 50% mensais e termina no mês em que a taxa de inflação cai abaixo desse nível e assim permanece por mais de um ano.” (FRANCO, 2005, p.264) No entanto, Couto e Hackl (2007) vão mais além ao complementar essa definição: “Num processo de inflação, a moeda perde suas funções de reserva de valor e meio de conta, mas ainda é aceita como meio de pagamento. Já num processo de hiperinflação, a função de meio de pagamento também é perdida, pois os agentes passam a adotar uma outra moeda para essa finalidade.” (COUTO E HACKL, 2007, p. 319)

⁸ O período republicano alemão do “entreguerras” recebe o nome da cidade na qual a nova constituinte foi aprovada.

A convicção dos alemães de que haviam sido traídos pelos “criminosos de novembro”⁹ acirrara os ânimos. Logo, a reviravolta social e econômica empurrava a incipiente democracia alemã ao precipício.

Ainda no fim da IGM, começaram a surgir movimentos radicais de esquerda e de direita, que se confrontavam pelas ruas das principais cidades da Alemanha e almejavam chegar ao poder com o discurso de recuperar o prestígio nacional e a economia, além de revisar o Tratado de Versalhes. Dentre esses movimentos, surgiu o nacional-socialismo, representado pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães ou Partido Nazi.

Liderados por Adolf Hitler, o movimento crescia junto com o aprofundamento da crise. Se não foram vitoriosos quando tentaram um golpe de estado em 1923, seriam, pela via constitucional, em 1933. Quando a restauração e a estabilidade monetária tomaram conta do cenário alemão em 1925 e os movimentos revolucionários se aquietaram, percebeu-se que a via eleitoral era o caminho mais claro para o poder. Enquanto estava preso em 1924, Hitler escreveu o *Mein Kampf*, sua autobiografia, na qual expunha todas as suas ideias e aspirações – mais tarde, as poria em prática - para a Alemanha. O livro é extremamente antissemita e discorria sobre aspirações militares e expansionista para o Estado Nazista.

Mesmo no rápido período de crescimento alemão verificado entre 1925 e 1929, ficava claro que a Alemanha dos pós-IGM enfrentava problemas estruturais de demanda e de oferta, principalmente no setor agrícola, que eram agravados devido aos constantes déficits comerciais. A Alemanha vinha sendo afetada em todo o entreguerras pela baixa demanda comercial de bens alemães. Quanto a oferta, essa ainda sofria com os efeitos tardios da guerra e da hiperinflação anteriores. Em contrapartida, o balanço de pagamentos era favorecido pelo recebimento de volumosos montantes de capital estrangeiro, oriundos do Plano Dawes¹⁰, que inseriu a Alemanha de volta no cenário financeiro internacional. O problema é que esse capital chegava ao país na forma de empréstimo estrangeiros. Sobre isso, Couto e Hackl (2007) comentam que os empréstimos eram concedidos sem muita restrição por parte dos banqueiros estrangeiros e diversas instituições alemães tomavam os para investir em obras públicas, que não rendiam divisas estrangeiras para o necessário pagamento futuro:

⁹ Kitchen (2013) esclarece: “Os partidos majoritários foram considerados culpados por terem aceitado o *Diktat* de Versalhes junto com a ‘mentira da culpa da guerra’. (...) Hindenburg apoiou totalmente a ‘lenda da punhalada nas costas’ (...) Ele anunciou que o exército invicto havia sido traído. Os partidos majoritários, e com eles todo o sistema da democracia de Weimar, foram (...) acusados pela direita de serem os ‘criminosos de novembro’”. (KITCHEN,2013)

¹⁰ Acordo entre a Alemanha e os aliados, assinado em 1924, que viabilizou a estabilização da confiança internacional na economia alemã. Essa estabilidade veio pelo empréstimo de 800 milhões de marcos-ouro em divisas estrangeiras possibilitando o pagamento das reparações de guerra em troca de algumas exigências dos aliados feitas a Alemanha. Ver COUTO e HACKL, 2007.

“Emprestavam dinheiro as firmas alemãs, empresas públicas, estatais, comarcas e cidade na Alemanha. O dinheiro estrangeiro era trocado pelo *Reichsbank* por dinheiro alemão, mas aquele formava o fundo do qual as reparações eram transferidas. Assim, os políticos estrangeiros recebiam o dinheiro que os capitalistas estrangeiros haviam emprestado à Alemanha. A Alemanha pagava as reparações com (...) dinheiro emprestado e não com os excedentes de exportação. Era só questão de tempo, até que a Alemanha não tivesse mais condições de efetuar pagamento em moeda estrangeira” (SCHACHT apud COUTO e HACKL, 2007, p. 326)

Assim, a dívida externa só aumentava e com isso a dependência alemã do cenário internacional.

Se é verdade que, a partir de 1928, começou-se a ver um aperto do ciclo econômico alemão que fez muitos investidores buscarem outras praças internacionais; a partir da crise de 1929, o movimento se intensificou. O *crash* da Bolsa de Nova York, logo fez surtir seus efeitos para o mundo.

A partir de 1929, o fluxo de capitais mudou de direção e a reversão para o mercado americano esgotava cada vez mais as reservas do *Reichsbank*¹¹ levando a uma crise de liquidez nacional e internacional, no qual o cenário era igualmente desesperador. Esse era o início da era das desvalorizações, cujos diversos países desvalorizaram seus câmbios de modo a manter a competitividade e os saldos comerciais positivos, porém nem todos podiam partilhar dessa política¹².

A memória inflacionária alemã impedia que esse caminho fosse adotado. Os bancos e as empresas começaram a falir. O desemprego pôs-se a aumentar a níveis extremos. Logo, uma nova crise se instalara na Alemanha e com isso, novamente, despontavam soluções alternativas ao governo. Enquanto havia insistência em políticas de orçamento equilibrado e deflação, o Estado e o banco central alemão falhavam em estimular a demanda agregada e a expansão do crédito, o nazismo crescia abruptamente e cada vez ganhava mais espaço no *Reichstag*¹³.

É notório que a ascensão do nazismo se dá pelo fracasso nas políticas de estabilização e recuperação dos governos anteriores. A incerteza gerada nesses períodos acirrou os discursos

¹¹ Era o banco central alemão no período entre 1876 e 1949.

¹² “Em dezembro de 1931, quando a libra esterlina alcançou seu ponto mais baixo, ela havia se depreciado 40% em relação as moedas que permaneciam no ouro. Isso levanta a questão de como os países que não se envolveram com a depreciação podiam ignorar um largo efeito de preço relativo. A resposta é que eles concluíram quase universalmente que os custos de uma perda de competitividade eram mais do que compensados pelos benefícios de evitar a inflação que a desvalorização poderia provocar. (...) Kindleberger, *World in Depression*, pp. 163-164, conclui que esta foi a base para a decisão alemã também.” (EICHENGREEN E SACHS, 1985, p. 929. Grifo meu)

¹³ Como era conhecido o parlamento alemão até 1945.

e as soluções propostas para as perturbações econômicas e sociais, isso fica claro no gráfico abaixo.

Gráfico 1: A relação do desemprego alemão e a porcentagem de votos para o Partido Nazista



Fonte: DELONG, J. B., 1997.

A recuperação econômica alemã dos anos 30, tema do primeiro ensaio, é recordada como marco positivo do autointitulado *Terceiro Reich Alemão*. O objetivo desse estudo é analisar a transição do cenário alemão de 1932 para uma Alemanha recuperada em 1936, em vista dos desafios internos e das restrições externas que se impunham. A eficiência econômica alcançada, tanto nessa recuperação quanto no período posterior, é produto das políticas econômicas adotadas pelo *Reich* desde 1933.

O segundo ensaio tratará da relação entre o Estado e a indústria na economia nazista. A ideia é abordar a dinâmica das interações entre os atores públicos e privados, o papel do investimento público no setor, o controle estatal e a busca pela racionalização da produção.

Já a proposta do terceiro ensaio é revelar, baseado na visão dos principais estudiosos do assunto, a singularidade do sistema econômico nazista alemão que reside na relação entre o regime totalitário e as políticas diretivas aos diversos setores da economia. Para isso, é conduzida uma análise das políticas econômicas nazistas à luz da teoria keynesiana.

ENSAIO I – A POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO NAZISTA

I.1 – Economia antes do regime

O governo nazista começou quando Adolf Hitler “tomou o poder”¹⁴ em 30 de janeiro de 1933, sendo empossado como chanceler alemão. Antes, no início dos anos 30, a Alemanha via uma crescente queda em seus indicadores econômicos, conforme a tabela I abaixo.

Tabela 1: A depressão na Alemanha 1928 - 1932

	1928	1929	1930	1931	1932
PNB (bi RM)	89,5	89,7	83,9	70,4	57,6
Renda Nacional (bi RM)	75,4	76,0	70,2	57,5	45,2
Produção Industrial*	100,0	100,1	87,0	70,1	58,0
Exportações (bi RM)	12,3	13,5	12,0	9,6	5,7
Desempregados (MM)	1,4	1,8	3,1	4,5	5,6

* A produção industrial foi calculada ao ano-base de 1928 (1928 = 100)

Fonte: Adaptado de OVERY, 1982, p. 20.

A crise de 1929, que cessou o fluxo de capitais e minou a confiança internacional, veio afetar a Alemanha em 1931 registrando uma saída de capitais de modo a esgotar as reservas do *Reichsbank*. O movimento que sucedeu se foi uma corrida contra as reservas estrangeiras¹⁵, logo o banco central alemão declarou moratória dando início a maior crise bancária da história do país. Overy (1982), citando Falkus, afirma:

“Como muitos dos empréstimos passavam por bancos, a redução do estoque de capital estrangeiro proporcionava uma redução no crédito, pressionando a taxa de juros para cima, afetando assim a atividade comercial.” (OVERY, 1982, p. 17)

Rapidamente o efeito se alastrou pela economia, altos níveis de desemprego e de falências bancárias e empresariais passaram a ser registrados. A absorção interna caiu vertiginosamente, fruto da queda na atividade comercial, e a demanda externa também,

¹⁴ Conceito inventado pela propaganda nazista já que a nomeação de Hitler ocorreu de forma constitucional.

¹⁵ Schacht (1955), em seu livro, explica que “o *Reichsbank* considerou que todas as demandas estrangeiras deveriam ser cumpridas o mais rápido possível e a corrida então iria cessar. [em um erro de leitura da parte do banco] O oposto exato aconteceu. Quanto mais os outros países perceberam a diminuição das reservas externas do *Reichsbank*, mas eles se apressavam para obter o seu dinheiro de volta antes dessas reservas serem completamente exauridas.” (SCHACHT, 1955, p.285)

afetada pelas desvalorizações nos países estrangeiros, junto com o investimento e os preços agrícolas. O resultado disso foi a queda do produto industrial para níveis anteriores aos de 1890¹⁶. Era evidente que o governo Brüning¹⁷ necessitava dar uma resposta à população com políticas econômicas que reduzissem o impacto da depressão sobre o país¹⁸.

Mas, como Overy (1982) salienta, a capacidade de ação do chanceler Brüning estava limitada por questões de política externa. Era necessário manter uma política que agradasse as nações credoras e os agentes externos para reconstruir a confiança dos agentes e reestabelecer o fluxo de capitais. Se a postergação, seguida da suspensão dos pagamentos das reparações de guerra, que vieram com a Moratória Hoover¹⁹ e a Conferência de Lausanne²⁰, respectivamente, ofereceram um alívio a pressão da dívida externa, a política “beggar-thy-neighbor”²¹ da era das desvalorizações causou um declínio do comércio internacional pelo seu excessivo protecionismo, afetando em especial a demanda por bens alemães.

“Em uma pesquisa anual no final de 1931, o Frankfurter Zeitung confirmou que foram construídas paredes de tarifas fantasticamente elevadas em torno dos países que até então absorviam quatro quintos das exportações alemãs. As tarifas francesas não só foram levantadas, mas, pela primeira vez, foram fixadas quotas tarifárias para restringir a quantidade de bens importados. A Polônia aumentou as suas tarifas alfandegárias industriais em cem por cento. Muitos outros países não estavam contentes com o aumento das tarifas, mas seguiram o exemplo francês e restringiram a quantidade de bens importados pela imposição de quotas. Então, seguiu-se a criação de monopólios de importação, direitos especiais de importação, incentivo às despesas com bens de produção domésticos e medidas similares; estas adicionadas a Grã-Bretanha e a vários outros países que desvalorizaram suas moedas, alcançando assim uma vantagem considerável sobre a Alemanha nos mercados mundiais.” (SCHACHT, 1955, p. 314)

Internamente, Brüning ainda tinha que lidar com uma grande pressão de diferentes grupos de interesse, cada um com sua força política, que demandavam diferentes ações do governo, mas que tinham uma coisa em comum: o desejo de reduzir os custos dos salários enquanto beneficiavam-se de altos preços. O chanceler tentou então uma política dividida focada

¹⁶ Ver OVERY, 1995.

¹⁷ Sob a república de Weimar, Brüning tinha assumido como chanceler em 1930. Foi antepenúltimo chanceler antes de Hitler.

¹⁸ Overy (1982) destaca que muitas políticas que foram vistas posteriormente no regime nazista, na verdade foram iniciadas, em menor medida, por Brüning como algumas medidas dos programas de criação de empregos, o controle do câmbio, a intervenção governamental e a proteção à agricultura.

¹⁹ Com o intuito de aliviar a grande depressão e proporcionar tempo para a recuperação europeia, foi declarada moratória sobre todos os pagamentos referentes a IGM e dívidas de guerra pelo período de 1 ano.

²⁰ Acordo para a suspensão do pagamento das reparações realizado em 1932.

²¹ Ver EICHENGREEN E SACHS, 1985. Segundo a proposição desses autores, desvalorizações pontuais só beneficiavam os próprios países direcionando o fluxo das reservas de ouro para estes em vista dos países que não desvalorizaram suas moedas, o “gold bloc” em sua maioria. Para Eichengreen e Sachs (1985), se a desvalorização ocorresse de maneira coordenada, teria melhor eficácia internacional.

principalmente em atender os empresários na esperança de reviver o investimento, na qual a deflação deveria atender aos diversos grupos com a rebaixa dos custos.²²

Mesmo assim, muitos estudiosos apontam ou a falta de ações do governo, ou o atraso nas ações dele, como culpa da piora da crise. Schacht (1955) concorda e dá crédito em sua obra *My Seventy-Six Years*, a quem já expusera esse pensamento bem antes dele, o jornalista econômico alemão, Gustav Stolper:

"Dos aproximadamente três milhões à procura de trabalho neste verão, que são causa de angústia na Alemanha, um milhão pode ser considerado vítima da crise internacional. O restante é vítima dos males da política financeira e econômica alemã, da falta de percepção e da vontade de reformar e ajudar, onde a reforma e a ajuda são possíveis". (STOLPER apud SCHACHT, 1955, p. 292)

Em contrapartida Overy (1982) argumenta que alguns viam, já no começo de 1931, sinais de melhora na economia, o que sugeria que políticas extremas eram desnecessárias em vistas do possível fim da recessão. Claro que o *mainstream* liberal resistia à qualquer intervenção do governo na economia e em muito se baseou esse pensamento. Aliado à isso, o autor pontua que quaisquer políticas usadas teriam suas vantagens e desvantagens, de modo que seus efeitos seriam limitados. As elevadas taxas de juros eram necessárias diante da necessidade de liquidez e credibilidade internacional, caso estivessem baixas provavelmente não teriam efeito graças ao cenário financeiro mundial. Já altos gastos do governo teriam amenizado os níveis iniciais de desemprego, mas, ao mesmo tempo, não agradariam aos conservadores e credores externos. Tal política, combinada ainda com a desvalorização do *reichsmark*, teria tendências inflacionárias não desejadas pelos alemães.

De certo que, ao mesmo tempo, o Partido Nazista crescia com as crescentes incertezas políticas e econômicas trazidas pela crise de 29 e já começava a tomar conta das principais esferas políticas do país. Nas eleições de 1932, tornaram-se o maior partido do *Reichstag* e já começavam os primeiros rumores de que Hitler poderia ser nomeado chanceler.²³

Quando o inverno de 1932 chegou, a sazonalidade fez com que o desemprego alemão se aproximasse da casa de 6 milhões de pessoas. Até então chanceler, Brüning chegou a adotar políticas de incentivo à demanda e de criação de empregos para tentar reverter a situação, mas

²² Ver OVERY, 1982.

²³ Ver SHIRER, 2008.

seria tarde demais.²⁴ A situação tornara-se insustentável. Em meio a desordem e a instabilidade, alguns meses depois, a chancelaria foi oferecida a Hitler por Hindenburg.

Sobre isso, Couto e Hackl (2007) citam Schacht e Schiff, por sua vez:

“Sobre o que levou Hitler a assumir o poder, escreveu Victor Schiff (líder do partido socialdemocrata), em junho de 1934: [Se existe um ponto sobre o qual não existem divergências de opinião entre nós, e não poderá existir, então é certamente que Hitler deve sua ascensão e finalmente sua vitória essencialmente à crise econômica mundial: ao desespero dos proletários desempregados, da juventude universitária sem futuro, dos comerciantes e artesões de classe média indo à falência e dos agricultores seriamente ameaçados pela queda dos preços. Neste sentido, todos nós fracassamos realmente. Com certeza atribuímos, com razão, a responsabilidade da crise à ordem econômica capitalista, mas, além disso, não fomos capazes de oferecer às massas mais do que palavrório socialista]”. (COUTO e HACKL, 2007, p. 330)

Agora no poder, as aspirações de Hitler estavam próximas. Em seu livro, ele discorreu sobre a superioridade ariana e como o Estado Nazista deveria sobressair sobre todas as outras nações. O imperialismo alemão teria que renascer para que o *Terceiro Reich* se tornasse o *Reich de Mil Anos*. Esse processo deveria começar em uma Alemanha hegemônica, militarizada e unida pelo expansionismo da *Lebensraum*²⁵.

Mas, os nazistas sabiam que para que tudo isso fosse alcançado, era preciso, primeiro, lidar com os problemas econômicos e políticos do país, afinal foram estes que, pouco a pouco, minaram a democracia de Weimar. A Alemanha deveria voltar a crescer, o desemprego deveria ser combatido e a questão da dívida externa deveria ser resolvida de modo a não onerar mais a nação alemã. A própria ascensão nazista ao poder se deu, em grande parte, por questões de natureza econômica. O Partido Nazista não deveria ter o mesmo destino dos governos anteriores. Seria preciso legitimar o regime.

“Para Hitler, nenhuma guerra poderia ser combatida (...) sem uma economia forte. Era essencial fornecer comida suficiente para a população doméstica para evitar outra “facada-nas-costas”. (...) Hitler reconheceu também que a guerra era essencialmente sobre recursos econômicos. Essa seria travada para captar novos recursos e a *Lebensraum*, espaço vital para o povo alemão; mas estes somente poderiam ser conquistados mobilizando todo o potencial econômico existente.” (OVERY, 1995, p. 194)

²⁴ Ver OVERY, 1982.

²⁵ A *Lebensraum* é um conceito criado anteriormente a Hitler, mas bem mais explorado e disseminado pelo líder nazista. O conceito se baseia na necessidade de reestabelecer os povos germânicos sob uma unidade territorial, o Império Alemão. Para isso, seria imprescindível a expansão territorial da nação alemã, inicialmente reestruturando as fronteiras de 1914 e depois conquistando regiões ricas em recursos minerais para suprir a necessidade do povo. “Hitler disse aos seus generais que (...) sua primeira prioridade seria o rearmamento com vistas a “conquistar o espaço vital a leste e sua implacável germanização” (STEVENSON, 2016)

A partir de 1933, a Alemanha entraria em um período de recuperação econômica e estabilidade política que não se via desde o período pré-guerra. Se por um lado, a estabilidade da nação alemã se deu sob a égide de um regime ditatorial violento, com a supressão e a perseguição dos opositores políticos, a suspensão de todos os direitos e liberdades individuais no país e com a ideologia racial antissemita. Por outro, a recuperação alemã a partir de 1933 é vista como um sucesso o que levou esse período a ser denominado como Primeiro Milagre Econômico Alemão.

Tabela 2: A Recuperação Alemã 1932-1938

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
PNB (bi RM)	89,5	57,6	59,1	66,5	74,4	82,6	93,2	104,5
PNB (preços de 1928)	89,5	71,9	73,7	83,7	92,3	101,2	114,2	126,2
Renda Nacional (bi RM)	75,4	45,2	46,5	52,8	59,1	65,8	73,8	82,1
Produção Industrial*	100,0	58,0	66,0	83,0	96,0	107,0	117,0	122,0
Desempregados (MM)	1,4	5,6	4,8	2,7	2,2	1,6	0,9	0,4

* A produção industrial foi calculada ao ano-base de 1928 (1928 = 100)

Fonte: Adaptado de OVERY, 1982, p. 29.

1.2 - Primeiro Milagre Econômico Alemão

O Milagre Econômico, que se sucedeu na Alemanha no início dos anos 30, se deu devido ao programa de recuperação nazista imposto ainda em 1933 e as políticas adjacentes utilizadas nos diversos setores da economia. Autores como Overy (1982) defendem que nem todo o crédito pode ser dado a política do novo governo, que só produziram efeitos no final de 1933, pois, além das políticas de incentivo a demanda e criação de empregos teriam sido iniciadas na gestão Bruning, o ciclo de negócios alemão tinha atingido o fundo em 1932 de modo que a economia se beneficiava de seus resultados já no começo de 1933.

“Sem sinais gerais de revitalização dos negócios e uma lenta restauração da confiança das empresas, é improvável que os contratantes estivessem dispostos a assumir fundos do governo para projetos de trabalho na mesma escala.” (OVERY, 1995, p. 55)

Apesar de não haver consenso sobre a questão, Abelshauser (2000) contra-argumenta:

“(…) ainda não havia sinal de uma inversão de tendência, ou do fim da crise. Pelo contrário, ao final de 1932 a situação atingiu um novo fundo, que por três meses era tão baixo quanto o inverno anterior. A análise dos indicadores do ciclo comercial não oferece suporte para a tese de que a crise havia sido

essencialmente superada no momento de tomada do poder pelos nacionais-socialistas, e que a recuperação teria ocorrido sem eles. Há, pelo contrário, muito a sugerir que a verdadeira tarefa de superar a crise ainda deve ser enfrentada.” (ABELSHAUSER, 2000, p. 124)

O Primeiro Plano Quadrienal foi o programa econômico nazista para enfrentar a depressão. Ele tinha dois focos principais: o combate ao desemprego que tinha se tornado o principal problema econômico alemão, e o rearmamento das forças armadas alemães, que, cabe lembrar, deveria ser secreto devido as cláusulas do Tratado de Versalhes.

Já em 1930, os líderes nazistas tinham diagnosticado que o problema do desemprego era a questão chave na Alemanha. A criação de empregos era politicamente conveniente pelo grande apelo popular. A plataforma de governo “Bread and Work” tornou-se uma das bases da campanha eleitoral do partido que atacava ferozmente a República de Weimar nesse quesito. Não era para menos, dados oficiais apontavam que o desemprego atingira 5.6 milhões de pessoas em 1932, porém, de acordo com Overy (1995), esse número seria ainda maior atingindo a marca de 9 milhões de desempregados. Essa diferença se daria pela remoção das mulheres e dos desempregados de longa duração dos registros oficiais. Essa foi a primeira medida nazista, se é que se pode classificar assim, contra o desemprego.

A ausência de capitais estrangeiros pelas restrições vividas no cenário internacional trouxe para o cenário econômico alemão soluções baseadas na intervenção estatal. Essas soluções foram iniciativa dos governos anteriores, só que de maneira bem modesta²⁶, com o aumento do gasto estatal, fundos que usavam receitas federais e a concessão de impostos e subsídios para reviver o investimento. Por sua vez, o governo nazista intensificou as medidas diretas e indiretas para reduzir o desemprego e expandir a economia²⁷.

Em meados de 1933, iniciou-se a “Batalha pelo Trabalho” com o governo lançando o *First Reinhardt Plan* que disponibilizava 1 bilhão de *reichsmark* para grandes obras públicas, serviços públicos e para o programa de construção de estradas. O objetivo era claro, absorver a grande oferta de mão-de-obra desempregada. Logo depois, em setembro, foi anunciado o *Second Reinhardt Plan*, autorizando a concessão de privilégios fiscais e subsídios para projetos de construção rural e urbana na faixa de mais 1 bilhão *de reichsmark*. (Overy, 1982)

Do ponto de vista econômico, é interessante ressaltar as políticas de investimentos focadas no

²⁶ De acordo com Overy (1995), desde 1926, os governos mantinham somas que não excediam 40 milhões de *reichsmark* por ano. Porém, em junho de 1932, o chanceler Brüning ultrapassou essa soma, direcionando RM 165 milhões para a criação de empregos. Meses depois, Von Papen, seu sucessor, autorizou mais RM 182 milhões num segundo programa voltado para o emprego.

²⁷ Não coube comentar do *Labour Service* pois, além de já existir desde antes do regime, não teve eficácia significativa sobre demanda e trabalho.

setor de construção, seja civil ou de infraestrutura pública, que conhecidamente é um setor dotado de retornos crescentes de escala que conta com insumos vindos da indústria de bens finais, provocando expectativas positivas de lucros pelos empresários. Os benefícios de tal política são extremamente relevantes para a economia como um todo, promovendo um aumento da demanda doméstica, incentivando a atividade produtiva dos setores verticalmente integrados e proporcionando uma queda dos níveis de desemprego. Assim, esses programas de criação de emprego do Reich, entre 1933 e 1934, totalizaram 5 bilhões investidos, como fica evidenciado na tabela V, recebendo aportes anuais na casa de 4% do PNB e atingindo, de acordo com Liu (2013), mais de 2,5 milhões de desempregados, cerca de 50% da população oficialmente desempregada. Como parte da expansão e do crescimento econômico alemão, já em 1936, a Alemanha alcançava o pleno emprego.

I.2.1 - Investimento Público x Privado

Os nazistas necessitavam de uma própria orientação econômica na qual o Estado comandasse, de maneira bem-sucedida, o curso e os agentes econômicos de acordo com sua vontade. Feijó (2009) argumenta que os nazistas tinham convicção que a saída da depressão econômica se daria com políticas de cunho parecidas com as ideias keynesianas de expansão da demanda agregada e gasto público. Abelshauser (2000) discorre a respeito da concepção nazista sobre como políticas anticíclicas eram mais claras que as da república anterior. Sendo assim, os nazistas defenderiam uma série de instrumentos que já eram utilizados, porém de uma maneira mais rigorosa, bem em linha com a intervenção e condução estatal apresentada acima.

O gasto público mostrou-se presente em um alto nível ao longo de todo o Terceiro Reich, como é visto na tabela III. O que para a teoria deveria ser um “first spark” ao investimento privado, foi em grande medida, um complemento que estimulou a indústria de bens de consumo, via crédito e concessões fiscais, atacou o desemprego, com um importante programa sobre a indústria de construção civil e, mais tarde, reorientou a economia para a produção de armamentos. Este foi o principal estímulo a expansão da demanda doméstica, já que nessa época as restrições que se faziam presentes no mercado internacional, principalmente em relação aos bens alemães, impunham desafios a política externa do país.

Tabela 3: Investimento Público e Privado na Alemanha 1928 - 1938

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Investimento Público Total (bi RM)	6,6	2,2	2,5	4,6	6,4	8,1	8,4	10,3
Investimento Privado Total (bi RM)	9,7	0,3	3,2	4,7	7,2	9,2	10,5	12,2
Investimento Total (bi RM)	16,3	2,5	5,7	9,3	13,6	17,3	18,9	22,5

Fonte: Adaptado de OVERY, 1982, p. 36

A indústria tinha papel essencial no Terceiro Reich, o governo não só estimulou o investimento privado através de políticas específicas em setores elencados pelo governo, como reorganizou a indústria, que já era concentrada, a moldes que fortaleciam os grandes empresários e também facilitavam o controle do Estado. Aqueles setores, de acordo com Overy (1995), foram a construção civil, a agricultura e a indústria de veículos, escolhidos por serem setores chave para a estratégia do regime, já que tinham um grande potencial empregatício. A concessão de benefícios fiscais para os grupos empresariais trouxe novos empregos e investimentos para economia como um todo, a indústria de carros foi o motor da recuperação. Alguns números sobre absorção de desempregados pelo setor automobilístico podem ser vistos na Tabela IV. Por outro lado, outros setores foram restringidos, por concorrerem direta ou indiretamente, com os objetivos do Reich, como, por exemplo, a indústria de consumo.

“Concedeu-se, generosamente, isenção de impostos às firmas que elevassem seus gastos de capital e aumentassem o emprego.” (SHIRER, 2008, p. 320) Através das isenções e do mecanismo de concessões, muitos empréstimos bancários foram pagos o que, por sua vez, desbloqueou o crédito. O controle de preços e salários mantinha os custos dos salários baixos para os produtores; a extinção dos sindicatos e centralização das negociações salariais aos órgãos do governo evitou qualquer pressão sobre os custos da indústria.

Tabela 4: Estimativa de empregos criados por estradas e carros até 1938

Reichsautobahnen	120.000
Estradas Convencionais (1936)	40.000
Industria de Automobilística*	170.000
Componentes e Partes	150.000
Garagens (1935)	100.000
Industria de suprimentos, estradas	250.000
Comércio de motores	60.000
Condutores, <i>chofer</i> , etc. (1934)	260.000
Total	1.150.000

* Excluindo Partes

Fonte: Adaptado de OVERY, 1995, p. 83

Mas o programa nazista não se resumia só as medidas diretas de criação de emprego, ainda houveram as indiretas com o intuito de estimular ainda mais a demanda agregada. Feijó (2009) cita, por exemplo, o “marital loan” que consistia em uma dessas medidas já que concedia empréstimos subsidiados para incentivar o casamento e a aquisição de bens de consumo do casal. Esta medida era uma dentre várias que compunham a política creditícia que buscava estimular o consumo e, ao mesmo tempo, a expansão demográfica. Aqui é importante destacar que essa expansão de credito só foi possível devido a postura do governo frente a estagnação do crédito no biênio 31-32. Após a adoção de um rígido controle sobre o sistema bancário e o mercado de capitais aliadas à uma política de juros baixos do *Reichsbank*, estas trouxeram estabilidade e fim para o ciclo de escassez no mercado de crédito.

Em vista das causas da depressão que assolou a Alemanha e as restrições externas que se apresentavam no mercado externo desde o fim da IGM para o país, os nazistas perseguiram, durante todo o seu governo, o objetivo de reduzir a dependência externa alemã de modo a alcançar a maior suficiência econômica (*Autarky*²⁸). As reservas de moeda estrangeira que o país detinha deveriam ser otimizadas já que o mercado internacional era dominado pela competitividade baseada na política de desvalorizações e a economia alemã sofria com a baixa demanda por bens. Em contrapartida, para os nazistas, o crescimento da nação alemã deveria vir pela remilitarização, rearmamento e guerra, isso se traduz em necessidade de matéria-prima que a própria nação não produz. Havia ainda um problema muito maior, a Alemanha era importadora de alimentos pois sua produção agrícola “era naturalmente

²⁸ Autarquia é também um conceito perseguido pelos nazistas de autossuficiência econômica de modo a evitar bloqueio ou sanções internacionais. Esse conceito, no regime nazista, é baseado na visão dos líderes acerca de conflitos europeus anteriores em que essa estratégia foi usada. Assim, a busca pela autarquia cumpria um duplo papel, seja no cenário econômico ou no militar.

incapaz” de suprir a demanda doméstica.²⁹ Como suprir essas e todas as demandas por importação dos residentes e empresários?

O *New Plan*, de Schacht, foi a saída para usar os recursos cambiais estrategicamente de modo a alcançar os objetivos do *Reich*. Schacht (1955) descreve o mecanismo que era baseado em acordos bilaterais com diversos países e somente para as importações sancionadas, o que contrariava o multilateralismo comercial vigente no *mainstream* liberal econômico.

“Acordos comerciais foram concluídos com diversos países estrangeiros, no seu decorrer as compras alemãs nos países em questão eram creditadas em contas de compensação, e esses países foram incentivados a utilizar esses créditos para compras no mercado alemão. Esse sistema foi desenvolvido especialmente nos países balcãs e na América do Sul. Na primavera de 1938, esses acordos via contas compensatórias operavam em não menos que vinte e cinco, de modo que mais da metade do comércio exterior da Alemanha foi encaminhado por esses canais. Através deste sistema de comércio bilateral, a Alemanha conseguiu satisfazer os seus requisitos em matéria de matérias-primas e gêneros alimentícios.” (SCHACHT, 1955, p. 329)

Aliada à todas essas ações internas por parte do governo, autores como Overy (1982) argumentam que a própria necessidade de reabastecimento e a crescente atratividade de recomeçar a produção com insumos barateados já eram fatores que se manifestavam na Alemanha depois de 1933. Se boa parte da explicação da recuperação se deteria sobre a questão internacional, a mudança de relação da economia alemã frente ao resto do mundo devido ao fim das reparações de guerra e interrupção de empréstimos estrangeiros que removia dois grandes desestabilizadores da economia alemã, a intervenção governamental se mostraria o diferencial para as demais economias.

“A intervenção governamental foi a principal razão para a economia se mover tão rapidamente e completamente para uma posição de pleno emprego em contraste com todas as outras potências industriais.” (OVERY, 1995, p. 66)

²⁹ Ver OVERY, 1995.

Tabela 5: Gastos cumulativos em criação de empregos civis na Alemanha 1933-1934 (MM RN)

	Até o fim 1933	Até o fim de 1934
1 Construções Públicas	885,6	1002,4
2 Casas	723,3	1280,0
3 Infraestrutura	950,8	1683,9
em Motorways	50,0	350,0
4 Agricultura e Pesca	337,4	389,2
5 Promoção do consumo	70,0	70,0
6 Escritório de Emprego do <i>Reich</i>	164,0	568,0
7 Total	3101,1	4994,0
8 Para comparação		
Despesas adicionais militares	100,0	2780,0

Notas:

1. Estradas, manutenção, edifícios públicos, pontes e túneis.
2. Manutenção, pequenos assentamentos, construção de casas e renovação urbana.
3. *Reichsbahn* (railways), *Reichsautobahnen* (motorways), *Reichspost* (serviço de postagem) e transportadoras.
4. Melhoria da terra, assentamentos, pesca e manutenção.
5. Campanhas do governo para encorajar o gasto com consumo.
6. Fundos básicos de promoção ao trabalho, incluindo fundos de *labour service*.
7. Soma de todas as categorias (1-6)
8. Inclui gastos financiados através dos "Mefo-bills". Há muitas estimativas para 1934. Esse alto montante de gastos militares ocorreu somente no fim de 1934.

Fonte: Adaptado de Abelshauer, 2000, p. 126

I.2.2 - O motor da política nazista

Não se pode avançar sem dar a devida ênfase à um aspecto peculiar ao governo nazista e que desde antes de sua ascensão teve um poder determinístico para o Partido Nazi. A propaganda nazista foi fator importante em toda política aplicada pelo governo garantindo apelo as massas e apoio popular. Tanto na esfera política, quanto na econômica e inclusive na ideológica, a propaganda foi marca do governo nazi-fascista conquistando cada vez mais credibilidade para o regime. Todas as políticas de criação de empregos tiveram, em parte, esforços voltados para a propaganda. Não somente isso, mas todas as principais políticas adotadas, incluindo o esforço de guerra e até o preconceito racial tiveram forte influência sobre a população, de modo que não se pode deixar de, a cada medida do regime totalitário, ressaltar o peso da propaganda do partido.³⁰

³⁰ Sobre a propaganda e seu efeito na multidão, Shirer (2008) relata: "Eu mesmo verifiquei como é fácil ser orientado por uma imprensa e rádio falsos e censurados, num Estado totalitário. (...) Era surpreendente e algumas vezes consternador verificar que, apesar das oportunidades que tinha para comprovar os fatos e a despeito de minha inerente desconfiança do que se obtinha das fontes nazistas, uma constante dieta de anos de falsificações e distorções deixou certa marca em meu espírito e frequentemente me confundia. Aquele que não viveu durante anos numa terra totalitária não tem possibilidade de imaginar como é difícil fugir as terríveis consequências de uma calculada e incessante propaganda do regime. (...) eu me deparei com

I.2.3 - Rearmamento

Outro pilar do Primeiro Plano Quadrienal foi o rearmamento. De acordo com as aspirações do seu líder, essa deveria ser uma prioridade para o governo nazista, o estabelecimento de uma potente e hegemônica força militar do *Reich*. Como em muitos outros aspectos na economia nazista, o início do rearmamento é uma divergência entre os especialistas. Em 1926, foi criado, secretamente, o primeiro programa militar alemão pós-IGM que buscava formular uma estratégia de expandir as forças militares alemãs para além dos limites do Tratado de Versalhes. Mas até 1935 os gastos eram modestos e ficaram concentrados em gastos de manutenção, armas, soldos e nas instalações. Overy (1995) aponta que, incluindo as contas secretas de rearmamento, o total de despesas militares representou 1,9% do PNB em 1933 e 4% em 1934, somente atingindo níveis significativos a partir do ano seguinte.

Vale lembrar que, em 1933, ainda valia as condições militares impostas no Tratado de Versalhes e, de acordo com este, a Alemanha estava proibida de realizar qualquer movimento de cunho militar. O líder nazista só passou a ignorar aquelas determinações quando foi recusada, pelos aliados, a proposta feita pela delegação alemã de igualdade na política de desarmamento em prol do bem das nações, em alternativa a requisição de que a Alemanha pudesse conceber um modesto programa de armamento. No mesmo ano a delegação alemã se retirou da Conferência de Genebra³¹, e posteriormente, abandonou a Liga das Nações. Ficavam cada vez mais claras as pretensões do *Fuhrer*, que a política de relações externas nazistas não se daria pela via diplomática. Mesmo assim, Overy (1982) afirma que Hitler hesitou em armar a Alemanha rapidamente, e abertamente, por questões de constrangimento pela opinião internacional.

Muitas hipóteses foram levantadas acerca das políticas do governo ditatorial e sua relação com o rearmamento tentando estipular o momento efetivo que este começou e sob qual política correspondia-se, direta ou indireta. A realidade é que, se Hitler tivesse oportunidade, o rearmamento seria a prioridade desde o começo, porém “as circunstâncias impuseram a realidade econômica e política para Hitler.”³² Foi necessário o combate ao desemprego como condição primária. Somente a partir de 1935, o gasto com rearmamento superou

as mais exóticas afirmativas de pessoas aparentemente educadas e inteligentes. Evidente que repetiam algum trecho absurdo ouvido pela rádio ou lido nos jornais. Algumas vezes era tentado a dizer certas verdades, mas (...) compreendia a inutilidade de tentar tomar contato com um espírito que se pervertera (...) naquilo que Hitler e Goebbels, com seu cínico desdém pela verdade, diziam ser.” (SHIRER, 2008, p.307)

³¹ A Conferência de Genebra foi uma série de encontros da Liga das Nações para a redução e limitação dos armamentos das principais nações europeias. Franklin Delano Roosevelt resumiu bem as intenções da conferência: “Se todas as nações farão um acordo para acabar com posse e o uso de armas que fazem com que os ataques sejam possíveis, então as defesas automaticamente tornar-se-ão desnecessárias e assim as fronteiras de todas as nações independentes ficarão seguras.” Fonte: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_para_o_Desarmamento_em_Genebra>

³² Ver OVERY, 1995.

consideravelmente o volume de gastos com infraestrutura, naquele momento, de acordo com Abelshauser (2000), o rearmamento substituiria o programa de criação de empregos. Assim, o rearmamento atraiu uma grande quantidade de trabalho, incentivando o reemprego e sustentando a continuação da recuperação, corroborando assim a tese de que esse foi o outro pilar da recuperação alemã dos anos 30.

O total de gastos militares é outro motivo de discussão entre os especialistas até hoje devido as estatísticas oficiais só cobrirem o nível de despesas militares até 1933. Abelshauser (2000) expõe que as estimativas são variadas e os valores divergem de maneira ampla entre os números de RM 34 bilhões, apresentado por Schacht, e RM 74 bilhões por Kuczunki. Em suma, elas diferem devido a metodologia de cálculo na qual não há consenso na classificação acerca de gastos diretos e indiretos. Durante seu governo, Hitler apresentou o valor de 90 bilhões de *reichsmark*, número que foi amplamente difundido pela propaganda nazista. Abelshauser (2000) aponta que autores como Schewitzer, acreditam que esse valor é “insustentável” e somente foi usado como motor da propaganda nazista. Por outro lado, é apresentada a visão de Erbe que acredita que esse valor pode ser alcançado e, com isso, não deveria ser descartado do debate. A grande questão para Mason, ainda em Abelshauser (2000), é que as fontes para estimativa são insatisfatórias, pois ainda que poucas, muitas tem grandes chances de terem sido maquiadas.

A conclusão acerca desse debate permanece, não nas estimativas dos gastos totais com rearmamento, mas sim no estrondoso esforço despendido financeiramente pelo regime nazista para a escalada militar.

Tabela 6: Participação das Forças Armadas no Total de Gastos Públicos

1933	1934	1936	1938
4%	18%	39%	50%*

* De acordo com o autor seria "não menos que a metade". Buscando ser conservador usou esse valor.

Fonte: Adaptado de ABELSHAUSER, 2008, p.138

Seja como for, Schacht (1955), que foi Ministro de Assuntos Econômicos e Presidente do *Reichsbank* na primeira metade do regime, comenta sobre a questão:

“(...) a razão pela qual os armamentos foram brevemente priorizados não era apenas o seu objetivo político, mas o fato de suas ordens poderem ser distribuídas entre o grande número de fábricas existentes espalhadas por todo o país e, portanto, poderiam ser executadas em proporções iguais por todo o Reich. Para a construção rodoviária, das *Autobahnen*, aterros e similares, era necessária a transferência das suas casas para os locais de trabalho, exigindo a separação indesejável das famílias e

consideráveis despesas de acomodação. As ordens de armamentos, que foram despachadas para as fábricas em todo o país, deram emprego ao trabalhador em seu próprio bairro e lhe permitiram permanecer com sua família.” (SCHACHT, 1955, p. 362)

Já Shirer (2008) critica veemente Schacht por “ter entregue a Hitler sua capacidade inegável. De certo, nenhum outro homem na Alemanha era tão importante para os planos de Hitler como Schacht”:

“(…) antes de ser designado General-Plenipotenciário para a Economia de Guerra. Schacht entregou um memorando especial a Hitler, (...) ‘o cumprimento do programa de armamento com rapidez e em quantidade é o fundamental para a política alemã; tudo o mais, portanto, deve ficar subordinado a esse objetivo’. [Ele] indicava também, (...), que os fundos confiscados dos inimigos do Estado (em maioria judeus) e outros tomados das contas estrangeiras bloqueadas ajudaram a pagar as armas de Hitler.” (SHIRER, 2008, p. 386)

I.2.4 - Dívida e Financiamento

Conforme descrita acima, a política econômica nazista foi bem-sucedida devido a forma com a qual foi dirigida, mudando em poucos anos o devastado cenário econômico alemão do começo dos anos 30. A intervenção estatal não somente atuou como “first spark”, como Keynes defendeu em 1937, mas ela foi massiva de modo que, se em 1932 o gasto do governo correspondia a 18% do PNB, em 1938 esse número atingiu 33%. O que não quer dizer, de maneira nenhuma, que todo o processo de criação de empregos e rearmamento se deu com políticas fiscais irresponsáveis³³, não pelo menos até 1937.

Tabela 7: Despesa Pública por Categoria na Alemanha 1928 - 1938 (Bi RM)

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Despesa Total (Central e Local)	23,2	17,1	18,4	21,6	21,9	23,6	26,9	37,1
Construção	2,7	0,9	1,7	3,5	4,9	5,4	6,1	7,9
Rearmamento	0,7	0,7	1,8	3,0	5,4	10,2	10,9	17,2
Transportes*	2,6	0,8	1,3	1,8	2,1	2,4	2,7	3,8
Criação de Empregos	-	0,2	1,5	2,5	0,8	-	-	-

Nota: Há certa sobreposição entre categorias já que a criação de empregos inclui algum gasto com estradas, além de rearmamento. Fonte: Adaptado de OVERY, 1982, p. 50

Todos os gastos e compras do governo, concessões fiscais e subsídios aos setores industriais, agrícolas e a criação de empregos foram financiados com um orçamento deficitário, que não poderia ser mantido somente com os impostos, mesmo nos altos patamares em que se

³³ Existiam políticas alternativas como a emissão de letras de câmbio e a própria emissão de moeda, porém elas tinham efeitos reversos que prejudicariam a economia e não seriam bem aceitos, nem dentro do próprio partido, nem pelo povo. Shirer (2008) comenta acerca de outro método usado pelos nazistas: “(...) já que “o armamento tinha de ser completamente camuflado até 16 de março de 1935 (quando Hitler anunciaria o recrutamento para um exército de 36 divisões), era preciso lançar mão das emissões” para financiar as suas primeiras etapas. Indicava também, com certa alegria, que os fundos confiscados dos inimigos do Estado (em sua maioria judeus) e outros tomados das contas estrangeiras bloqueadas ajudaram a pagar as armas de Hitler. “Dessa forma”, disse, “nossos armamentos são parcialmente financiados com os créditos de nossos inimigos políticos”.

apresentava; nem mesmo com a política de fundos que contavam com a antecipação de receitas fiscais (já comentada nesse estudo). Os outros mecanismos existentes, que poderiam ser classificados como responsáveis, não contavam com eficácia significativa, por isso Schacht teve que buscar alternativas:

“Levantar o dinheiro necessário através simples processo de inflação teria sido estragar o negócio todo. Eu refleti que, se haviam fábricas não utilizadas, máquinas não utilizadas e estoques não utilizados (como era realmente o caso), também deveria haver capital não utilizado por questões comerciais. Captar estes por empréstimos estatais teria sido um empreendimento sem esperança. A confiança pública na capacidade de pagamento do Estado foi prejudicada pelos governos anteriores. Seria uma questão de anos antes que a confiança fosse restaurada. Portanto, eu tinha que encontrar uma maneira de extrair esse capital não utilizado dos cofres e bolsos nos quais ele agora estava, sem esperar que ele permaneça ausente por muito tempo ou perca seu valor.” (SCHACHT, 1955, p. 317)

Logo, Schacht teve a brilhante ideia de criar os Saques Mefo. Como o criador conhece cada detalhe da criatura, o mecanismo é muito melhor explicado por seu próprio inventor:

“A partir desta linha de pensamento, surgiu o esquema que mais tarde se tornou conhecido como Mefo-XVechsel (Mefo-bills). O nome Mefo deriva da Metall-Forschungs A.G. (Metal Research Company Limited), uma corporação fundada, por incentivo do governo, pelas quatro grandes firmas Siemens, Gutehoffnungshiitte, Krupp e Rhein Stahl. O Estado assumiu a responsabilidade direta e segurança para todas as dívidas incorridas por esta pequena empresa. A partir de agora, todos os fornecedores de ordens do Estado apresentariam as contas Mefo contra suas exigibilidades. O *Reichsbank* declarou sua vontade de trocar essas contas a qualquer momento por dinheiro pronto em balcão. Essa é a bastante simples e planejada ideia por trás do sistema Mefo-bill.” (SCHACHT, 1955, p. 317.)

O governo passou a pagar suas despesas com os títulos Mefo e as empresas preferiam não descontar os títulos, já que estes rendiam juros de quatro por cento e tinham liquidez imediata no *Reichsbank*. Em pouco tempo, todo o dinheiro que estava ocioso na mão de investidores fluiu para os títulos Mefo como investimento de curto prazo, dando à eles uma característica monetária de meio de pagamento.³⁴

Esses títulos circulariam de 1934 à 1938, atingindo a marca de doze bilhões de *reichsmark*, sem qualquer efeito inflacionário. O sucesso do mecanismo é exaltado pelo autor:

“Uma vez que a produção voltou a ser ajustada - graças à acumulação de Mefo-bills - e o mercado monetário estava melhorando, os Mefo-bills se tornaram uma garantia especialmente segura para o investimento de curto prazo dos fundos dos bancos. Qualquer Mefo-bills não absorvido pelo mercado podia ser imediatamente incluído no portfólio do *Reichsbank*. Quando se considera que, em 1930, a participação do *Reichsbank* em contas e empréstimos garantidos tinha diminuído para menos de dois milhões de *reichsmark*, é fácil perceber o quão intenso tinha sido a diminuição do volume de negócios alemães e quanto o *Reichsbank* poderia alcançar com a política de Mefo-bills sem pôr em perigo a moeda.” (SCHACHT, 1955, p. 318)

³⁴ Ver COUTO e HACKL, 2007.

Os recursos absorvidos pelo governo serviram para as obras públicas, dentro do programa de criação de empregos, e, principalmente, como vemos abaixo, para o rearmamento, a partir de seu aumento drástico em 1934/35.

Tabela 8: Despesa Militar, 1933/4 - 1938/9 (MM RM)

Ano Fiscal	Total de Gastos Orçamentários (I)	"Mefo-Bills" (II)	Total (I + II)
1933/4	750	-	750
1934/5	1.953	2.140	4.093
1935/6	2.772	2.720	5.492
1936/7	5.821	4.450	10.271
1937/8	8.273	2.690	10.963
1938/9	17.247	-	17.247

Fonte: Adaptado de OVERY, 1995, p. 203

Feijó (2009) ressalta a engenhosidade que proporcionou, “em suma, os aplicadores não saberem que estavam emprestando ao governo e, com efeito, financiando o programa armamentista. Nem mesmo os países ocidentais detectaram o mecanismo.”

1.3 - A reorientação econômica: Da recuperação à guerra

Agora o termo “Milagre” parece mais justo em termos de denominação para o período que envolve 1933 e vai até 1939, com o começo da IIGM. Se a Alemanha, nos períodos que sucederam a IGM, mostrou o caos econômico e as consequências da derrota em uma guerra de proporções mundiais, o que ainda foi piorado devido as condições financeiras internacionais, a partir de 1933 mostrou uma recuperação sem precedentes. Em apenas um ano, o desemprego caíra por volta de dois milhões de pessoas. Em 1935, o PNB real atingiu os níveis pré-depressão. Mais um ano mais tarde, a produção industrial voltou ao pico dos anos 20. Em 1937, a economia atingira o seu pleno emprego e, em 1938, a economia começava a crescer bem acima dos níveis pré-IGM. Na década de 30, a economia alemã experimentou um crescimento em ritmo muito superior do que a economia mundial.³⁵

Porém, após 1935, com a intensificação da produção de armamentos devido aos objetivos imperialistas de Hitler, o processo de recuperação acelerou-se resultando em um excesso de oferta impedindo a transferência de demanda para o consumo privado. Isso leva a desequilíbrios na estrutura econômica e na distribuição de renda. Em 1937, mesmo com a econômica recuperada e a pleno emprego, a política deficitária continuou, e até aumentou, o

³⁵ Ver OVERY, 1982.

que poderia arriscar todo o crescimento a partir dali. Estava claro para Hitler que os planos e objetivos militares e de política externa estavam acima da necessidade de se manter a estabilidade econômica e monetária.

O governo passou a aumentar a prospecção e obtenção de recursos sem qualquer preocupação com a dívida pública. Abelshauser (2000) aponta que as agências de capital e dinheiro passaram a ser o principal canal financeiro do *Reich*, onde todas as poupanças e montantes de seguro foram absorvidos por esse meio. Assim os poupadores se tornavam, sem conhecimento, credores imediatos do regime. Em 1939, com o *Enabling Act of June*, os controles institucionais da política creditícia e financeira foram oficialmente removidos, mas ele já tinha efeito por baixo dos panos desde 1935.

O autor ao citar a fala do Porta-Voz de Política Econômica do Reich, é enfático em determinar a nova orientação econômica, na qual “se criar crédito em si não era um problema enquanto o Estado se mantinha forte e solvente (quanto as suas obrigações), ou seja, enquanto ele estivesse apto a virar a chave no tempo certo. Esse Estado, mesmo sabendo dos efeitos colaterais que seriam causados pelo gasto ‘ilimitado’ em armamentos, não desejava virar a chave, mas sim deixá-la.”³⁶

Overy (1982) conclui muito bem a finalidade do Primeiro Milagre Econômico para a Alemanha dos anos 30:

“(...) para que foi a recuperação? Na maioria dos casos a resposta é econômica – maiores lucros, crescimento econômico, padrões de vida mais elevados. No caso da recuperação alemã dos anos 30, a resposta foi o imperialismo e guerra alemães.” (OVERY, 1982, p. 61)

Para Hitler, em 1936, a guerra batia a porta. A Alemanha que até então encontrara uma recuperação ímpar na sua história, agora deveria reorientar sua economia e para estar pronta para a guerra até 1940.

³⁶ Ver ABELSHAUSER, 2000.

CAPÍTULO II – A INDÚSTRIA E GOVERNO NO TERCEIRO REICH

II.1 – A importância da indústria

Hitler chegara ao poder em 1933. Agora, com o nazi-fascismo, seria necessária a busca de um Estado que garantisse a prioridade da nação frente aos interesses privados da elite empresarial e dos consumidores, que fosse capaz de intervir e dirigir a economia alemã, regulando os agentes econômicos de acordo com os objetivos do *Reich*, promovendo setores estratégicos e restringindo outros específicos. A medida de importância para o regime, segundo Tooze (2006), era definida por fatores econômicos e a indústria alemã foi extremamente necessária e a maior beneficiada devido aos seus recursos tanto produtivos, quanto tecnológicos e organizacionais. Ainda que muitos outros autores defendam o fator político como decisivo, o resultado seria o mesmo. Os grandes industriais capitalistas exerciam poder e influência no Reich pois através de suas firmas a política nacional era executada.

É evidente o entendimento de que houve uma mudança de pensamento por parte do empresariado frente ao novo governo que se apresentava. Aquela mesma indústria, que antes “boicotava” os programas de criação de emprego da República de Weimar, agora aceitava a alocação de bilhões em políticas anticíclicas. Se isso não ocorreu, de acordo com Abelshausen (2000), devido a ameaça que a depressão começava a representar aos lucros, aos quais em Weimar eram maximizados através de incentivos aos investimentos indiretos. Foi, então, resultado de uma mudança de percepção por parte da grande indústria, que passara a ver com bons olhos as políticas adotadas pelo novo governo diante da crise, em detrimento das políticas sociais³⁷ que eles consideravam ser um “fardo” existente no período republicano. Overy (1995) conclui:

“Se os líderes empresariais tiveram alguma responsabilidade geral pela ascensão do nazismo ao poder, foi principalmente em um sentido negativo, na sua generalizada desilusão com o sistema parlamentar e a sua incapacidade de dar a democracia qualquer apoio moral efetivo.” (OVERY, 1995, p. 12)

Apesar do desacordo frente ao protecionismo e ao isolacionismo econômico, característica do pensamento econômico nacionalista, o autoritarismo estatal foi aceito em nome da recuperação dos níveis de lucros, da melhora das exportações, da expansão do crédito e da

³⁷ Como políticas sociais, Tooze (2006) aponta a política parlamentar que defendia altos impostos, gastos com assistência social e o sindicalismo.

percepção de que o regime nazista poderia ser favorável aos grandes empresários. O cenário internacional, que se alongava desde a depressão, começou a pôr em risco a própria existência do setor privado, antes multilateralizado e cartelizado em alcance global, não deixando alternativas aos homens de negócios alemães a não ser optar por um controle estatal cada vez maior sobre as importações e exportações. Tooze (2006) propõe que “o aumento dramático no controle estatal poderia ser visto como um produto inevitável da ‘necessidade histórica’ em vez de escolha de política consciente”. (TOOZE, 2006, p.113-114)

O autor ainda sintetiza a ideia da seguinte maneira:

“Agora, a crise mais profunda do capitalismo deixou os negócios alemães impotentes para resistir a um intervencionismo estatal que não vinha da esquerda, mas sim da direita.” (TOOZE, 2006, p.106)

II.2 - O papel do investimento na Alemanha: O investimento público em políticas industriais e agrícolas.

O partido nazista sempre teve clara a ideia de que a economia deveria ser controlada em todos os seus aspectos para que o Estado Alemão se desenvolvesse. Quando no poder, e ao se deparar com a depressão e as diversas restrições internas e externas que se punham diante do governo, ficou cada vez mais claro o papel que o Estado deveria exercer, e que nenhum esforço deveria ser medido na condução da economia aos objetivos nazistas.

No Primeiro Plano Quadrienal foi visto o quanto o governo nazista alemão estava comprometido com essa ideia. A economia alemã necessitava se recuperar da recessão e combater o principal problema social, o desemprego. O governo sabia da importância política que residia no emprego e logo se comprometeu com esse objetivo aportando altas quantias em programas de criação de emprego e de estímulo a demanda doméstica. Estes deveriam servir para reavivar o setor privado, que ao mesmo tempo que atacava o desemprego. O programa de criação de empregos nada mais era do que um grande programa de incentivos a indústria, totalmente voltado para fins empregatícios. Através de grandes obras públicas o setor de construção civil, por ser verticalmente integrado contando com ligações para frente e para trás, era capaz de transferir essa demanda criada pelo governo para outros setores e absorver grandes quantidades de mão-de-obra. Outros setores específicos, como o agrícola e o de bens de consumo receberam concessões fiscais, de maneira direta e indireta, de modo a incentivar o consumo e a demanda.

Rapidamente, o Estado Nazista já se encaminhava para uma melhora no cenário econômico e uma redução drástica do desemprego que puxou uma revitalização geral nos negócios. Parte significativa daquelas grandes obras foram de estradas estimulando o setor automotivo. Aí o governo viu a oportunidade para alavancar a recuperação. Através da propaganda nazista³⁸, foi promovida a ideia do *Volkswagen*, o carro do povo, que representaria a modernidade e a melhoria do padrão de vida sob a égide nazista. Qualquer trabalhador poderia ter o carro e desfrutar das grandes *Autobahns*³⁹ que estavam em construção no *Reich*. Essa política, em grande escala, contribuiu para o crescimento do setor automobilístico, não pelas mãos do operário alemão, mas essa série de incentivos levou o setor a ser eleito o “motor” da recuperação nazista pelo número de trabalhadores empregados, além do, já comentado, reavivamento do investimento privado.

De acordo com Overy (1982), essa política de concessões, subsídios e investimentos diretos impuseram um crescimento nos setores de construção e automobilísticos mais rápido que a economia como um todo, isso fez com que eles puxassem o resto da indústria junto com eles. É interessante ressaltar a opinião do autor de que nenhum setor em particular era capaz de gerar o investimento necessário para explicar a recuperação, mas sim que dever-se-ia levar em conta o efeito agregado de todos os gastos do governo e das medidas que junto atacavam a recessão.⁴⁰

Aqui é interessante constatar que todas as políticas nazistas, em grosso modo, não só contavam com grandes montantes de investimento público, mas principalmente, buscavam estimular a confiança do investimento privado dentro da economia, de modo que os dois coabitassem no ambiente econômico alemão. Os nazistas sabiam da necessidade do investimento privado, mas acreditavam que dentro de certos limites que deveriam ser impostos pelo Estado. Assim, o Estado Nazista controlou o mercado de capitais, a moeda, o trabalho e impôs também controle sobre os industriais.

³⁸ Para mais informações sobre a propaganda nazista, ver Ensaio I, em “O motor da política nazista”.

³⁹ As *Autobahns* são as extensas autoestradas alemãs que faziam parte de um programa de mobilidade urbana do Reich para o povo, junto com o *Volkswagen*.

⁴⁰ Ver OVERY, 1982, p.50.

II.3 - A regulação sobre a indústria: A reorganização estrutural e a Cartelização

Hitler acreditava que o controle sobre a indústria era essencial⁴¹, assim, os primeiros anos do regime nazista viram a imposição de uma série de controles estatais sobre negócios alemães, sem precedentes na história, pelo menos, em tempos de paz. Dentre as diversas medidas tomadas pelos nazistas, a nova organização dos setores econômicos chamou muita atenção pelo aumento da burocracia estatal e pelo favorecimento aos grandes grupos empresariais. O Ministro para Assunto Econômicos fundiu as associações voluntárias em grupos hierarquicamente dispostos, os *Reich Groups*, os *Business Groups* e os *Branch Groups*. Todos esses estavam subjugados à Câmara Econômica do Reich, que tinha o objetivo específico de supervisionar todas as atividades econômicas. A normatização e o direcionamento eram dados diretamente pelo *Fuhrer* à Câmara Econômica. Os grupos econômicos serviam de canal de comunicação entre a cadeia de comando e as empresas, todas as determinações e concessões, além das requisições por partes das empresas eram feitas sendo respeitadas as instâncias. A filiação a esses grupos era compulsória, ou seja, toda e qualquer empresa alemã era obrigada a se filiar ao seu respectivo grupo econômico de acordo com a natureza de sua atividade.⁴²

Dentre os diversos setores da economia que sofreram intervenção, o industrial deveria e recebeu uma grande parcela de atenção. Em sua nova estrutura, todas as indústrias alemãs faziam parte do Grupo Industrial do Reich e sob esse grupo, houve um intenso processo de cartelização compulsória que, de acordo com Feijó (2009), afetou mais de dois-terços da indústria. Tooze (2006) aponta que, “entre 1933 e 1936, foram criados mais de 1600 carteis⁴³ voluntariamente, e mais 120 foram impostos em contratos compulsórios”. (TOOZE, 2006, p. 108)

Contudo a indústria alemã já possuía um nível significativo de cartéis⁴⁴, por isso a determinação do *Reich* afetava mais os pequenos comerciantes, aqueles que, ironicamente, foram um dos principais colaboradores e partidários nazistas. Segundo Shirer (2008), as novas leis decretaram que dentre as empresas existentes na economia que não faziam de cartéis, todas que possuíssem capital inferior a 40 mil dólares estariam imediatamente dissolvidas. É

⁴¹ Ver TOOZE, 2006, p. 99.

⁴² Ver TOOZE, 2006, p. 107.

⁴³ O conceito de cartel é a associação de empresas do mesmo ramo de produção com objetivo de dominar o mercado e disciplinar a concorrência. As partes entram em acordo sobre o preço, que é uniformizado geralmente em um nível alto, e quotas de produção. O cartel prejudica a economia por impedir o acesso do consumidor a livre-concorrência. Fonte: <http://www.economiabr.net/teoria_escolas/cartel.html>

⁴⁴ De acordo com Overy (1995, p.12), a indústria alemã já era, desde a década de 20, uma das mais organizadas e cartelizadas na Europa.

fácil constatar que o sistema de organização em cartéis favoreceu os grandes grupos de interesse privados em detrimento do pequeno e médio empreendedor.

“Isso liquidava um-quinze de todas as pequenas firmas [no país].” (SHIRER, 2008, p. 324)

“Durante os anos 30 cerca de 300 mil pequenos negócios desapareceram, enquanto a cartelização tornou-se obrigatória nas áreas não cartelizadas.” (OVERY, 1982, p. 54)

Para o governo a medida fazia sentido, já que a política de cartéis facilitou a supervisão e a regulamentação econômica por parte do Grupo Industrial do *Reich*, o que contribuía para uma intervenção mais eficiente na indústria. Essa política também concedeu, ressalta Tooze (2006), forças aos próprios cartéis para controlar os investimentos feitos naquele setor e racionalizar a estrutura industrial existente no ramo. Os cartéis fiscalizavam os preços praticados no setor, principalmente pelas firmas “não-membros” destes cartéis, e caso fosse constatado, podiam levar aos tribunais os preços “injustos” praticados, com a justificativa de serem preços “prejudiciais” ao bem-estar da nação.

Feijó (2009) corrobora essa tese ao citar um o pensamento de Ohlerdorf, economista do Reich, que caracteriza a economia nazista como “concorrência imperfeita que favorecia as grandes firmas”, porém o autor vai mais além ao revelar que a concorrência era, na verdade, por fatias de negócios e influência no governo.⁴⁵

Essa política de supervisão, a partir de uma nova estrutura organizacional, junto com as iniciativas implantadas pelo *New Plan*⁴⁶ foram responsáveis por limitar a atuação das indústrias de importações, de modo que “nada que pudesse ser produzido internamente foi importado” e só seria importado o que estivesse nos planos do regime. Isso rapidamente eliminou a concorrência estrangeira dos mercados alemães criando um efeito reverso na tendência deflacionária dos preços de mercado. Entre 1933 e 1934, o índice de preços subiu quase 6%, o que Tooze (2006) apontou como mais do que suficiente para recordar o medo da inflação. Como resposta foi instituído o controle de preços através das determinações do Comissário Geral de Preços, ao qual todos os grupos econômicos deveriam ficar submetidos.

Outras medidas que em muito beneficiaram os grandes grupos industriais capitalistas, foram a supressão das negociações salariais particulares, a extinção dos sindicatos e o congelamento salarial instituído sem qualquer mudança no nível de salários reais que foram fixados em anos anteriores a níveis baixos. Em contrapartida a essas medidas, foi criada a Frente de Trabalho

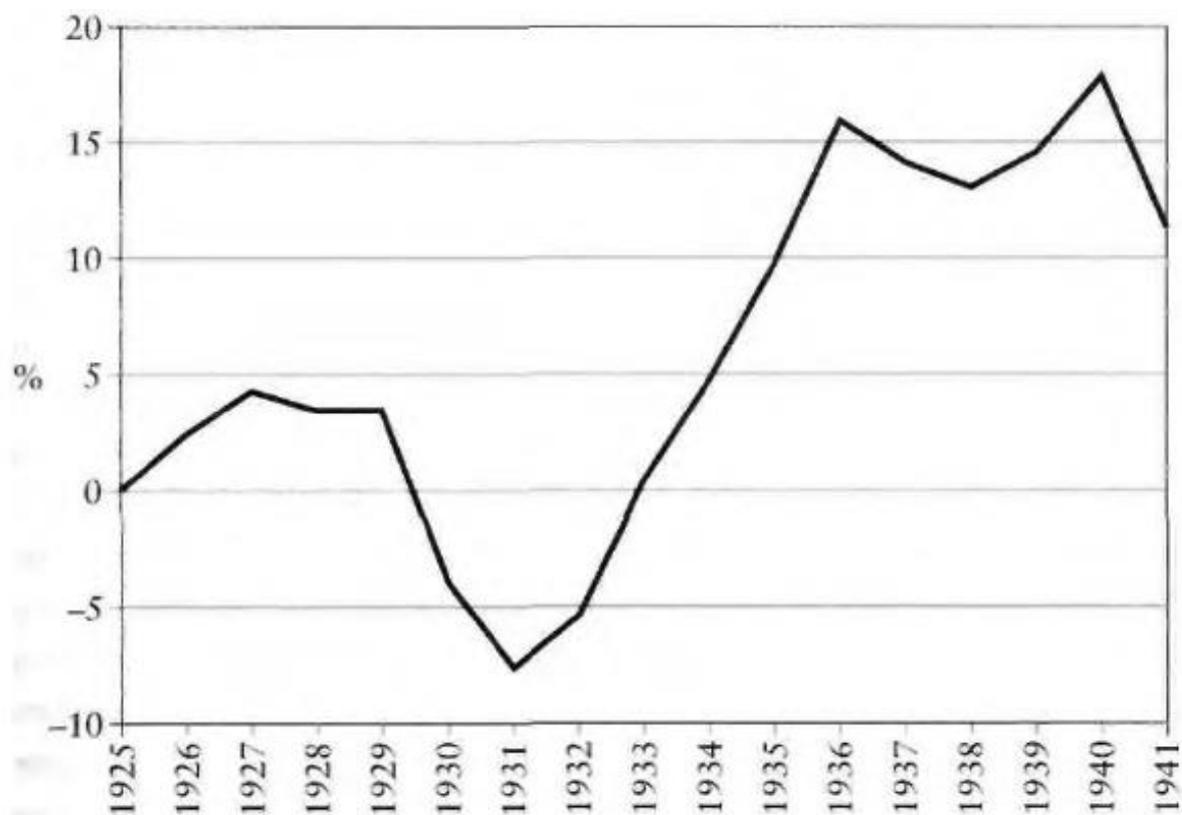
⁴⁵ Ver FEIJÓ, 2009, p. 251.

⁴⁶ Para mais informações sobre as iniciativas implantadas pelo *New Plan*, ver Ensaio I.

que para a ideologia nazista era o mais novo protetor do trabalhador e, também do empresário. O que era proposto por esse órgão assemelhava-se mais com uma relação quase-feudal⁴⁷, de acordo com Shirer (2008). Tooze (2006) denomina todo esse escopo baseado no enfraquecimento do trabalhador de “desmobilização”⁴⁸, que em muito pesou a balança das relações de trabalho na Alemanha nazista.

“A combinação do aumento da demanda doméstica, o fim da concorrência estrangeira, preços crescentes e salários relativamente estáticos criaram um contexto no qual era difícil não obter lucros saudáveis.” (TOOZE, 2006, p. 108)

Gráfico 2: Taxa de Retorno sobre o Capital na Indústria Alemã, 1925-1941



Fonte: Adaptado de Tooze, 2006, p. 109.

Mesmo com o uso desses mecanismos, que garantiram emprego aos trabalhadores, mas sob condições de trabalho piores, a força de trabalho ainda teve grandes vitórias frente ao regime nazi-fascista. O congelamento dos salários frequentemente era burlado por premiações e bônus que eram concedidos pelos empregadores. Mesmo sem o poder de barganha dos sindicatos, muitas reivindicações trabalhistas foram atendidas, o que frustrou o regime em muitos casos.

⁴⁷ Shirer (2008) faz uma analogia para explicar melhor as relações de trabalho perante a Frente de Trabalho: “o senhor era responsável pelos seus súditos” e estes ‘lhe deviam fidelidade”.

⁴⁸ Para melhor entendimento do conceito de “desmobilização”, ver TOOZE, 2006, p. 102.

Aos olhos críticos, uma análise sobre as políticas comentadas até aqui – cartelização, extinção dos sindicatos, supressão das negociações salariais particulares, incentivo ao lucro e dirigismo da economia a setores específicos – suscitariam questionamentos acerca da relação entre o partido nazista e os capitalistas industriais alemães, sobre qual seria a influência desse grande grupo de industriais nas políticas do regime totalitário nazista e qual seria o intuito daquela influência.

II.4 - Big Business⁴⁹ x Nazismo

Inicialmente, Liu (2013), ao analisar essa questão se atém numa contraposição teórica de duas correntes de pensamento sobre o *Reich*. No primeiro ponto, há um argumento político-determinístico, que é defendido amplamente pelos teóricos liberais ao apresentar a política econômica nazista como ditada pelos interesses do partido (ou do seu líder) e esta condição é suficiente em todo o governo. A *Lebensraum* e política antissemita, exaltada pela obra de Hitler, são ideologias usadas para ratificar esse fundamento. Na outra faceta, reside o argumento econômico-determinístico, mais popular entre teóricos marxistas, os quais acreditavam que a defesa do interesse capitalista e o lucro foram fundamentais na formação da política alemã, na qual até a *Lebensraum* servia aos interesses dos industriais. Essa abordagem se mostra um tanto superficial e estática frente ao dinamismo da economia alemã na era nazista. As relações entre o *Big Business* e o Partido Nazista se mostraram mais profundas e mais instáveis do que foram apresentadas nessa teoria.

Os autores Buchheim e Scherner (2006), ao abordar a questão, citam Franz Neumann, importante analista do período nazista, ao acreditar numa aliança entre o Partido Nazi e o Big Business, que ainda contaria com a participação dos burocratas e militares. Essa aliança nacional seria benéfica a todos na medida em que cada um promoveria seus objetivos sabendo de sua dependência das outras partes para alcançá-lo.

De fato, Tooze (2006) corrobora a visão dessa aliança ao citar uma das primeiras reuniões dos grandes empresários com Hitler, na época chanceler, mas ainda sem o controle total da Alemanha:

“O novo chanceler da Alemanha planejava acabar com a democracia parlamentar. Ele planejava esmagar a esquerda alemã e, no processo, estava mais do que disposto a usar força física. (...) como as empresas alemãs tinham uma grande participação na luta contra a esquerda, elas deveriam fazer uma contribuição financeira apropriada. ‘O sacrifício’, apontou Goring, ‘seria muito mais fácil...se a

⁴⁹ A expressão “Big Business” aqui apresentada segue a linha usada por outros autores ao tratar da elite capitalista alemã.

indústria perceber que a eleição de 5 de março será certamente a última nos próximos dez anos, provavelmente até nos próximos cem anos'. Krupp von Bohlen, o porta-voz designado para o lado dos homens de negócios, (...), limitou-se a afirmar que todos os presentes certamente concordariam com a necessidade da resolução mais rápida possível da situação política. As empresas apoiavam totalmente o objetivo de estabelecer um governo em acordo com os interesses do povo alemão. Somente sob um estado forte e independente a economia e os negócios poderiam 'se desenvolverem e florescerem". (TOOZE, 2006, p. 100)

Nesse relato a semente dessa aliança ficou clara, na qual os industriais buscariam aumentar seus níveis de lucros e sua influência sobre o governo, enquanto os nazistas tinham interesses mais escusos que apenas angariar fundos e o simples apoio do setor industrial. Os militares e os burocratas, ao se depararem com a política nazista viram a saída da depressão e da instabilidade política na política nacional-conservadora. De fato, essa semente germinou, resultando nas políticas até aqui vistas, que favoreceram em muito os industriais capitalistas, enquanto que, ao mesmo tempo a recuperação nazista se mostrava bem-sucedida. O crescente dirigismo econômico circundou as relações entre o Estado e os empresários nos anos posteriores. Os nazistas e os industriais pareciam estar, como Overy (1995) define muito bem, em "lua-de-mel". Até a crise de *Reichswerke*⁵⁰.

Muito abordada por diversos autores, a crise de *Reichswerke* ficou conhecida entre os especialistas na economia do *Terceiro Reich* como o momento público de dissensão entre a indústria e o Estado no *Terceiro Reich*. Em 1936, Hitler decidiu que era chegada a hora de preparar a Alemanha militarmente para seus fins expansionistas e, portanto, a economia deveria ser reorientada para a guerra e para o alcance da autossuficiência. Agora era necessário que o governo controlasse todo o comércio, moeda, mercado de capitais e investimento, que deveriam seguir o curso voltados para o rearmamento e guerra. A nova política pouco agradou os industriais capitalistas. A autarquia em detrimento do comércio, a crescente burocracia e direcionamento para uma preparação para a guerra não representavam o avanço da economia alemã, mas sim um retrocesso em primazia da política. Os interesses da indústria alemã deveriam ser salvaguardados.⁵¹

Naquela ocasião, a indústria, que em tanto contribuiu para os planos do *Reich* nos anos anteriores, não sem buscar seus próprios interesses, agora se punha como obstáculo ao avanço da política econômica. Para o empresariado, o dirigismo estatal tinha ido longe demais e estava se encaminhando para afetar os interesses alemães de longo prazo. Logo, a queda de braço entre os industriais e os nazistas começou a levantar, por parte do governo, argumentos em favor da iniciativa estatal. Neste ponto, Overy (1995) afirma:

⁵⁰ A crise leva o nome da estatal criada, a *Reichswerke A.G. Hermann Goring*. Ela representava a força e a determinação do Estado na busca de seus objetivos frente a qualquer oposição ou influência que tentasse se contrapor.

⁵¹ Para um detalhamento maior sobre a questão da *Reichswerke*, ver OVERY, 1995.

“(...) Goring disse aos líderes [da indústria] do ferro e do aço que era intenção inabalável de Hitler ‘extrair do solo alemão tanto minério quanto necessário para os requisitos de guerra’, e que, por essa razão, ‘o Estado deveria ser capaz de assumir o que a indústria privada provar que já não é capaz de continuar’ (OVERY, 1995, p. 98)

A essa altura, era crescente a ideia de socialização que antes fora suscitada no ambiente pós-IGM. Ainda assim, os industriais tentavam se sujeitar a vontade do Estado buscando algum tipo de concessão ou garantia de atuar em seus próprios termos. Goring foi categórico ao lidar com a situação, os movimentos que se sucederam foram a demonstração de força do Partido Nazi ao criar uma indústria estatal que seria uma alternativa a indústria do *Ruhr*⁵² no fornecimento de aço e ferro, a *Reichswerke AG ‘Hermann Goring’*, além da imposição de venda dos direitos as minas ao Estado, sendo a compensação uma participação minoritária nos novos projetos. Sobre o cenário que se apresentava, Overy (1995) conclui:

“O corporativismo dava lugar a uma economia forçada...em que a independência da indústria privada desapareceria e seria substituída pela direção das autoridades estatais.” (OVERY, 1995, p. 103)

O resultado foi o reconhecimento moral da falta de opções para lidar com a nova política de Hitler. A elite industrial recuou quanto a qualquer tipo de influência que desejava exercer nos assuntos nacionais e passou a se preocupar em defender o espaço que ainda lhe restava, a própria indústria. Os níveis de lucro e investimento, ainda que determinados pelo Estado, mantiveram-se em níveis saudáveis. Nesses termos, a cooperação da grande indústria, através das políticas indicativas, foi exigida pelo resto do período.

Em linha com o que foi discutido até agora, Schewitzer, em Buchheim e Scherner (2006), conceitua, o que ele denomina de fascismo parcial. Para ele, esse tipo de fascismo foi claro até o ponto de inflexão da orientação econômica nazista, nele predominou a bem-sucedida coalizão entre os partícipes em prol de objetivos comuns. Após 1936, com a nova orientação da economia voltada para a guerra, o ‘fascismo parcial’ deu lugar ao, assim denominado, fascismo total. Aquele ponto de inflexão seria a dissensão entre os industriais e os líderes nazistas, que passaram a liderar toda a economia para seus próprios fins que, muitas vezes, entravam em confronto com os interesses capitalistas.

Muitos autores argumentam que a partir desse momento, o nazismo passara a “flertar” ou a se tendenciar para uma orientação socialista. Vemos que Overy, quando citado por Buchheim e Scherner (2006), argumenta que no longo prazo, o sistema econômico estava se movendo para um aparato burocrático dirigido pelos interesses políticos, o que não diferia muito do que

⁵² O Vale do *Ruhr* dá nome a importante região industrial alemã onde se encontram grandes jazidas de carvão e minério de ferro, insumos básicos para a indústria de base alemã.

existia na União Soviética. Ainda em Buchheim e Scherner (2006), Temin segue a mesma linha, caracterizando ainda o sistema nazista como algo similar ao socialismo. Para ele, o sistema era um tipo de “*brand of socialism*”, o que confirmava isso eram as características como a regulação de indústrias-chave, a intervenção do governo na negociação de salários e o que ele chamava de dividendo social, que nada mais era que o pleno emprego alcançado em 1936. Apesar da regulação de indústrias-chave, Temin, em Buchheim e Scherner (2006), vai mais além corroborando o conceito de “*brand of socialism*” ao apontar a natureza dos contratos entre os nazistas e os industriais, classificados por ele como desiguais que constituíam uma obrigação de entregar a produção a preços fixos. A ameaça de nacionalização também era ponto forte nesse argumento.

“Mas para a maior parte da indústria pesada alemã, particularmente no *Ruhr*, a extensão do domínio nazista sobre a economia comprometeu a independência de ação do empresário e a maximização do lucro e da vantagem econômica que essa independência permitia. A hegemonia política nazista no final impediu que os capitalistas alemães agissem como capitalistas. Este fato não foi imediatamente aparente após 1933.” (OVERY, 1995, p. 94)

Buchheim e Scherner (2006) não concordam com essa associação. Para os autores é bem claro que, mesmo com a reorientação econômica e o aumento da coerção sobre o empresariado, a autonomia, os investimentos e os planos de produção continuaram sob o escopo das empresas, ou seja, como decisão interna das próprias, conferindo certo grau de independência em vista do par comparativo que seria o socialismo. Mesmo nos projetos que tinham relação com a guerra, o Estado ofereceu uma grande liberdade nos contratos, que apesar de serem caracterizados como desiguais e impositivos, eram na verdade circunscritos pelos interesses do governo deixando ainda uma gama de opções às empresas. Isso prevaleceu de maneira geral até 1942, quando foram impostas obrigações diante da mobilização total da economia para a guerra.

“Mesmo se o controle de preços, escassez de matérias-primas e lento declínio da liberdade de se dispor de trabalhadores – o último se tornando eficaz durante a restrição de guerra à autonomia-empresarial: em suas principais decisões estratégicas, a administração ainda era autônoma.” (BUCHHEIM E SCHERNER, 2006, p. 396)

É verdade que essa autonomia não foi uma regra, já que, do mesmo jeito que diversos setores foram beneficiados, muitos também sofreram com grandes restrições. Os condicionantes sempre foram os objetivos do *Reich* de autossuficiência e rearmamento, além das restrições de divisas. Essa liberdade apresentada em nenhum momento pode ser confundida com algum tipo de livre mercado. O controle foi grande, mas o governo entendia que a propriedade privada era elemento necessário no Estado Nazista.

Seja como for, em maior ou menor medida, a teoria de duas fases, apresentada por Schewitzer em Buchheim e Scherner (2006), do fascismo parcial e do fascismo total, se faz presente como a melhor forma de explicar o perfil econômica da Alemanha pré-IIGM. De forma menos consensual, os nazistas não se apresentaram contra a propriedade privada, reconhecendo a importância desta para recuperação e crescimento da nação. Porém, atentaram, em suas ações, que os interesses da nação não seriam conquistados sem a devida direção, e se preciso com a estatização⁵³. Assim, o Estado conduziria a economia para o caminho certo estimulando o setor privado a colaborar, através da satisfação de certos interesses dos empresários – margens de lucro saudáveis. Para muitas firmas era uma situação cômoda, na qual se beneficiaram desse cenário autoritário sem se responsabilizar por qualquer ônus a economia alemã.

II.5 - O Segundo Plano Quadrienal e a Blitzkrieg

Os efeitos da reorientação econômica causada pelo Segundo Plano Quadrienal logo começaram a ser sentidos em todos os aspectos da economia. O rearmamento, que passara a ser prioridade, significou uma reestruturação da economia para o esforço de guerra, em detrimento do gasto com bens de consumo. O investimento na produção foi oriundo quase que exclusivamente pelo setor público. Conforme os números de Overy (1982), no biênio 1937-1938 o gasto militar aumentou 10 bilhões de *reichsmark* e no ano seguinte o gasto já atingia 17 bilhões.

Isso tornou bem visível e fácil de prever quem seriam os vencedores e perdedores na economia nazista. Em um sistema que limitou consumo de massa em benefício do rearmamento, os grupos sociais que se apoiavam no alto consumo das massas sairiam perdendo. Já aqueles diretamente envolvidos com o rearmamento e a autarquia estariam entre os vencedores.

⁵³ Embora contrário a visão de Temin, em Buchheim e Scherner (2006), o autor do presente estudo não pode deixar de ressaltar que a nacionalização era uma possibilidade mais que real no regime nazista, pois esse recurso já tinha sido usado. No próprio memorando do Segundo Plano Quadrienal, Hitler fez questão de apresentar a solução para possíveis divergências entre o Estado e o setor privado: “O Ministro da Economia tem que apenas definir tarefas econômicas nacionais, e o setor privado tem que implementá-las. No entanto, se o setor privado acredita que é incapaz de fazer isso, então o Estado Nacional-Socialista saberá como resolver essas tarefas.” (ABELSHAUSER, 2000, p. 145) O autor ainda apresenta o exemplo do estabelecimento da fábrica da Volkswagen em resposta a recusa da indústria automobilística em adotar os planos de motorização de Hitler.

Porém, ao mesmo tempo, que o Estado levou o intervencionismo e dirigismo a níveis cada vez mais elevados, a economia começou a fraquejar e os índices de crescimento começaram a cair. Dentre os fatores que levaram a essa nova realidade, os principais, de acordo com Overy (1982), foram o desvio de recursos do setor de consumo, essa hipótese inclusive auto válida a ideia de que o crescimento alemão do final dos anos 30 era baseado na indústria de bens de consumo e alterações nos seus índices refletiram-se no produto da economia; e a baixa produtividade do trabalho.

Overy (1995) também entende que a confusão administrativa e a descentralização política tornaram muito difícil a entrega de bens de consumo e alimentos junto a produção de armas. A indústria encontrava-se muito pressionada pelos indicativos do *Reich*, porém, ainda em 1939, a mobilização era parcial e, por isso, os recursos eram muito disputados entre os setores. Não havia possibilidade da economia de guerra em tempos de paz ser alcançada, já que o padrão de vida precisava ser mantido. Sim, apesar de seus ideais, o líder nazista tinha preocupação de que o desejo de rearmamento não deveria comprometer ou reduzir o padrão de vida evitando provocar qualquer tipo de oposição política das massas, afinal a IGM ainda era muito recente para que suas lições fossem esquecidas tão rápido.

Daí, nasce o conceito de *Blitzkrieg*, que seria o resultado da tensão entre planejamento militar e a economia real. Eram necessárias guerras curtas, as guerras-relâmpago⁵⁴, porque estas demandavam poucas armas enquanto havia a manutenção do padrão de vida. Contava-se com a necessidade de se manter uma “economia de paz em tempos de guerra”, nos quais também os gastos com iniciativa bélica seriam compensados pelos espólios dos países conquistados.

II.6 - Albert Speer e a Racionalização

Entre 1939 e 1942, nos tempos de guerra na Alemanha nazista, a produção industrial ficou estagnada. Muitos autores concordam que esse cenário só mudou com a nomeação de Albert Speer para o Ministério de Armamentos e Munições e com o plano de racionalização⁵⁵ apresentado por ele, no entanto, como esse estudo abordará, as opiniões acerca de Speer não chegam a ser um consenso.

A indústria de armamentos alemã encontrou grandes problemas antes mesmo da guerra eclodir. Havia, inicialmente, uma estrutura falha e ineficiente, na qual o controle estatal, ao

⁵⁴ Assim, ficou conhecida a blitzkrieg.

⁵⁵ Em Overy (1995), o conceito de racionalização aplicada a economia de guerra representaria “a economia sistemática de materiais e mão-de-obra para alcançar maiores quantidades possíveis de produção”. (OVERY, 1995, p. 343)

invés de estimular a eficiência, fez o contrário, impondo um controle excessivo sobre a produção e focando seus esforços nas empresas ineficientes. A crescente demanda do Estado em relação a produção militar somada a disputa entre recursos limitados em uma economia sem planejamento, com pouca centralização e coordenação, levou a uma pressão econômica enorme sobre a indústria. Contudo, o maior problema residiu na produtividade do trabalho. A pressão frente a indústria resultou numa transferência dos recursos produtivos da indústria de bens de consumo para a indústria do rearmamento, esta começou a absorver recursos em grande quantidade, principalmente mão-de-obra, sem entregar produto na mesma proporção. Alia-se à isso a questão que as indústrias já produziam, com pouca eficiência técnica, a necessidade de conclusão de gigantescos projetos voltados para o rearmamento de grande escala que, mesmo sendo iniciados ainda nos anos 30, ainda não estavam maturados, o que esclarece de melhor maneira o porquê dos suprimentos de armas crescerem muito mais lentamente que a oferta de recursos para produzi-los.⁵⁶

A racionalização relacionada a cadeia de comando, como Abelshauer (2000) cita, em maior escala, viria com a limitação da interferência militar no processo de produção e a reorganização da economia de guerra alemã de modo a melhorar a centralização e a coordenação de esforços. Era necessário o reconhecimento da melhor eficiência das grandes indústrias, para se reduzir o controle estatal excessivo. Isso em nada tinha a ver com o lucro, mas sim com o foco na produção das empresas mais racionalmente organizadas e operadas. O outro tipo de racionalização se baseou em programas de simplificação, padronização e reorganização dos processos de produção para permitir um uso mais racional dos recursos do trabalho. Agora com a aplicação de técnicas de produção em massa usada pelos industriais em detrimento da redução do mix de produtos diversificados que era defendido pelos militares que argumentavam a necessidade de modernos equipamentos para manter a superioridade militar. Essa racionalização foi muito beneficiada também pela então maturação dos investimentos de longo prazo militares. As novas instalações trouxeram mais eficiência devido a melhora do espaço e das condições técnicas, viabilizando, assim, ganhos com economias de escala.

Já Overy (1995) é mais sintético em sua linha de pensamento através da ideia apresentada no comentário feito no *Strategic Bombing Survey* concluído em 1945:

“Nada mais foi que a simplificação, padronização e uma certa modernização da indústria há muito acostumada com trabalhadores altamente qualificados e máquinas de múltiplos propósitos.” (OVERY, 1995, p. 344)

⁵⁶ Ver OVERY, 1995.

Tooze (2006) diverge da linha defendida pelos autores supracitados no que tange a significância dada aos efeitos da política de Speer, que para ele estava “longe de ser milagroso”. Ele argumenta que o “milagre industrial” era perfeitamente natural diante da racionalização e reorganização iniciada ainda no final dos anos 30 e, principalmente, pela maturação dos investimentos de longo prazo já feitos na década anterior. Nenhum desses deveria ser creditado a Speer e, esses fatores contribuíram em muito para o súbito aumento da produção alemã de armamentos. Ainda enfatiza que “a economia de guerra alemã, depois de 1942, ainda era limitada pelos mesmos *trade-offs* fundamentais que a restringiam no começo da guerra”. (TOOZE, 2006, p. 556)

Aqui, ainda que Tooze (2006), que diverge da ampla maioria no assunto, estivesse certo em sua hipótese, ao continuar sua narrativa, defende que, no ano seguinte, em 1943, “essas restrições combinadas com o primeiro ataque sistemático a indústria alemã pelos bombardeiros aliados, paralisaram completamente o ‘milagre’ de Speer”. (TOOZE, 2006, p. 557) Essa afirmação foge completamente dos números apresentados por Abelshauser (2000) na tabela 4.14. Fundamentado nesses dados o autor ainda argumenta, que mesmo após os bombardeios, houve o aumento de produção dos equipamentos militares.

Tabela 9: Produto por Trabalhador na Indústria Alemã 1940 - 1944 (% de 1939)

	1940	1941	1942	1943	1944
Indústria Básica	104,1	114,6	113,5	108,7	87,6
Produção de Munições	87,6	75,9	99,6	131,6	160,0
Indústria de Consumo	115,9	133,3	121,1	124,7	132,3
Total Industrial	106,6	104,2	109,9	115,5	111,0

Fonte: Adaptado de ABELSHAUSER, 2000, p. 155.

O esforço de racionalização no setor armamentista ficou amplamente conhecido como “milagre da produção alemã” entre o período entre 1942 e 1944, no qual a produção industrial voltou a se expandir de maneira que até 1944, a produção no setor de armamentos mais que dobrara em relação a 1941, como é visto na tabela 4.14. Quanto aos efeitos do plano de racionalização de Speer, Overy (1995) conclui:

“Essa mudança deu a Alemanha força econômica para continuar por mais três anos contra uma forte combinação de três poderes aliados. (OVERY, 1995, p.26)

Mesmo assim, era muito tarde para influenciar o resultado da guerra, de acordo com Abelshauser (2000).

II.7 - Conclusão

Hitler tinha aprendido muito bem com a IGM o papel da economia no contexto de poder e guerra. Ele desejava o rearmamento e o expansionismo, e para isso, sabia que primeiro a economia deveria estar voltada para os interesses do governo alemão. Era necessário controlar e dirigir a economia para isso, e isso queria dizer, lidar com toda a elite industrial alemã. Os nazistas nunca foram contra a propriedade privada, e sempre entenderam que necessitariam dos indústrias e grandes empresários para o alcance dos seus objetivos. Até certo ponto, os atores entendiam muito bem seu papel no ambiente econômico alemão da era nazista.

Sob o comando nazi-fascista, apesar de uma maneira confusa, o governo garantiu autonomia dentro do seu círculo de interesses, nutrindo alianças e buscando explorá-las ao máximo. Ao mesmo tempo, mesmo que sob indicativos de produção e ordens diretas do Führer, os industriais viam aí oportunidade de se aproximarem cada vez mais, estendendo e exercendo a influência que seu poder e dinheiro tanto lhes garantiram em épocas passadas.

Se essa balança ainda que desigual, parecia beneficentemente equilibrada aos dois lados, era questão de tempo para que mudasse. As aspirações de Hitler sempre foram muito claras, todo o alemão e empresa alemã deveria ser sujeita a qualquer medida se fosse para o bem da vontade do governo. A grande indústria, então, eram meras peças de uma grande engrenagem, mas que como bons capitalistas, vendo que o lucro é bom e tendo eles garantido, o resto tende a perder a importância.

Ensaio III - A ECONOMIA DE COMANDO NAZISTA

III. 1 – O contexto nacional e internacional e as determinações econômicas

Logo que ascendeu ao poder como chanceler, em 1933, Hitler declarou que os propósitos nazistas para o Estado Alemão deveriam começar a ser imediatamente perseguidos⁵⁷. Para isso, era necessária a criação de condições econômicas para sustentar uma militarização de larga escala, e a busca pela mobilização total da economia era essencial. Na teoria, para os nazistas, todo e qualquer agente econômico e financeiro deveria estar mobilizado e comprometido com a política nazista⁵⁸. Hitler também sabia da importância da economia para todo esse processo, afinal essa era uma das lições aprendidas na IGM, “que qualquer conflito futuro seria uma guerra de economias e exércitos”.⁵⁹

Sabida a importância da economia, agora, mais do que qualquer momento anterior, ela merecia a devida atenção. O cenário econômico doméstico era extremamente conturbado, a economia alemã passava por um de seus piores momentos e isso refletia-se, obviamente, na população. O povo vivia na miséria, o desemprego atingia níveis desesperadores, a insatisfação das diversas classes era gritante. Até então, o livre-mercado tinha sido o *mainstream* econômico e, de acordo com o líder nazista, o principal responsável pelas mazelas que se sucederam na Alemanha. O *laissez-faire*⁶⁰ ditava as relações econômicas mundiais e vigorava nas principais economias, inclusive naquelas economias que tinham imposto o Tratado de Versalhes à nação alemã, e também na economia alemã que, ao longo da década de 20 e começo dos anos 30, se viu diversas vezes assolada por crises cambiais devido a um cenário internacional conturbado pela alta dívida externa, falta de confiança no mercado internacional e alta competitividade dos produtos internacionais. Porém, a crise de 29, em último grau, evidenciava uma exaustão nessa corrente de pensamento econômico.⁶¹ Já no começo da década de 30 buscavam-se alternativas ao liberalismo econômico.

⁵⁷ Conforme já foram abordados na Introdução, as aspirações nazistas circundavam em torno dos ideais de Hitler para o Estado Alemão. A ideia principal residia numa germanização europeia em busca da *Lebensraum* levando a reunião de esforços e recursos para se criar um Império Alemão, no qual a raça ariana tomaria seu “devido” lugar de superioridade entre os povos.

⁵⁸ Na prática, a mobilização foi parcial até 1943, com a conclusão da racionalização da economia sob o comando de Albert Speer a Alemanha conseguiu alcançar a total mobilização tão defendida por Hitler no começo de seu governo. Ver Ensaio II, em “Albert Speer e a Racionalização”.

⁵⁹ Ver OVERY, 1995, p. 177

⁶⁰ O *laissez-faire* é a expressão escrita em francês que simboliza o liberalismo econômico, o capitalismo na sua versão mais pura que defende que o mercado deve se autorregular, acreditando que ele tende ao equilíbrio geral.

⁶¹ Diversos autores defendem a ideia de que a crise de 29, ou o chamado crash da Bolsa de Nova York, e seus desdobramentos na economia mundial eram na verdade uma crise do próprio sistema liberal, oriunda do esgotamento desse sistema.

Se as crises domésticas não suscitaram a aversão dos alemães ao sistema econômico vigente, com certeza a deliberada associação feita entre as nações liberais e as penosas imposições econômicas e morais provenientes do tratado o fizeram. Como também já foi comentado⁶², muitas críticas a esse tratado e a essas nações foram oriundas de Keynes, que quando viu o verdadeiro motivo da Conferência de Paz de 1919, tratou de escancará-lo através de sua obra *As Consequências Econômicas da Paz*. Feijó (2009) aponta que essa obra teve “excelente aceitação” pelos economistas alemães da época, alguns desses que viriam a se tornar economistas do *Reich*, e foi a base para a aproximação entre Keynes e eles⁶³. As ideias econômicas e as políticas intervencionistas de Keynes os atraíram:

“Os economistas de Hitler rejeitavam o *laissez-faire* e admiravam Keynes; até mesmo se anteciparam a ele em diversos sentidos”. (ROCKWELL JUNIOR, L. H. apud FEIJÓ, 2009, p.247)

Quem compartilhava também desse pensamento era Hitler. Não propriamente em relação a Keynes, mas principalmente em relação ao livre-mercado, o qual usava para criticar veementemente os “criminosos de novembro”, as nações de Versalhes e a República de Weimar. Fato também é que o livre-mercado não serviria aos interesses de Hitler já que aquele, em sua concepção, era totalmente contrário a qualquer intervenção do governo na economia, o que criaria grandes obstáculos aos nazistas. Overy (1995) lembra que o nazismo é uma abreviação de nacional-socialista, ignorando o que já é óbvio, na instância econômica eles eram nacionalistas, o que divergia completamente do pensamento do liberalismo econômico. Os nazistas defenderiam o protecionismo, a redução da dívida externa e a substituição de importações com o intuito de extinguir qualquer tipo de dependência da economia mundial.

“Para um nacionalista alemão, os atuais problemas econômicos deviam muito ao interesse próprio dos estados liberais que ditavam os termos de paz em 1919.” (OVERY, 1995, p.16)

Assim, a convicção de que políticas de estilo keynesiano de expansão da demanda agregada através de déficits orçamentários seriam a saída para a crise era uma visão amplamente difundida no Partido Nazista.⁶⁴ Vale lembrar que esse tipo de política não foi iniciado pelos

⁶² Keynes fez duras críticas aos Quatro Grandes e a conferência que resultou no Tratado de Versalhes, seu livro discorre de maneira detalhada sobre as cláusulas impostas e as consequências econômicas e, numa espécie de previsão, ao futuro da paz mundial. Enquanto Winston Churchill também criticava abertamente o tratado que, para ele em nada tinha a ver com a paz, o Senado Americano votava em vetar a assinatura do Tratado pelos EUA.

⁶³ Sobre a relação entre Keynes e os nazistas, Abreu (2002) comenta: “Keynes, sempre propenso a meter os pés pelas mãos quando se tratava da Alemanha, escreveu um prefácio quase indecente para a edição da Teoria Geral em alemão. Segundo ele, não apenas a sua teoria era mais adaptável as condições de um estado totalitário do que as condições de livre concorrência. Embora tivesse sido elaborada levando em conta as condições nos países anglo-saxões, ‘onde boa dose de *laissez-faire* ainda permanece’, era também mais facilmente aplicável a situações em que “a liderança nacional é mais pronunciada”. (ABREU, 2002, p.4)

⁶⁴ Como Abelshausen (2000) ressalta, inicialmente, o *Sofortprogramm* foi um dos primeiros programas oriundos de um grande partido a implementar ideias no estilo keynesiano, mesmo assim, a proposta foi recusada e, para ser aprovada, todo o

nazistas, mas já eram usadas alguns anos antes, desde os tempos de Weimar. Porém, diferente dos governantes da república, Abelshauser (2000) argumenta que os nazistas tinham uma concepção bem mais clara das políticas de cunho anticíclico. Isto ficou evidente quando as mesmas políticas usadas pelos governos anteriores mostraram-se muito mais efetivas ao continuarem a ser usadas pelo regime, só que de maneira muito mais rigorosa ou significativa. Apesar de já comentado em outra oportunidade⁶⁵, um outro ponto de vista sobre o assunto é dado por Overy (1982), que ressalta que a ineficiência das políticas de Brüning também consistia no fato da resistência do setor privado a qualquer intervenção do governo, pela pura crença de não haver outro meio para combater a recessão além das políticas tradicionais de orçamento equilibrado.

III.2 – O Papel do Estado Nazista e as teorias sobre as políticas keynesianas

O Estado intervencionista⁶⁶ agradava à Hitler que acreditava que este deveria conduzir a economia alemã aos interesses nazistas. O Estado deveria ser forte para garantir a prioridade da nação frente aos interesses privados da elite empresarial e dos consumidores e deveria saber impor sua política externa de modo a não se subjugar a qualquer outra nação. O objetivo nazi-fascista era sujeitar todas as esferas da economia ao interesse do povo alemão, o Estado, desse modo, teria controle sobre todas as esferas – comércio, investimentos, finanças, indústrias e até nas relações de trabalho, sendo capaz de intervir, regular e dirigir os agentes econômicos.

Esse controle chegou ao estado alemão, em maior grau, mediante ao cenário interno e as restrições externas que se apresentavam em 1933, no qual Hitler teve que postergar seus planos militares e expansionistas em prol da recuperação⁶⁷. Claro que a recuperação em si era pré-condição para qualquer outro patamar que se quisesse ascender a Alemanha, isso associou-se, naquele momento, a busca pela estabilização da economia para legitimar o regime, além do esforço nazista em angariar o apoio das massas.

No cenário interno, o governo agiu ativamente com políticas de gastos públicos para combater o desemprego e reavivar o investimento privado. Estes viriam pela expansão da demanda agregada através das grandes obras de infraestrutura e o incentivo à indústria. Essa política

conteúdo que parecesse anti-capitalista deveria ser retirado. Assim o programa foi reformulado como o *NSDAP Economic Recovery Programm*. Para mais informações, ver FEIJÓ (2009).

⁶⁵ Sobre mais detalhes acerca do governo Brüning, ver o Ensaio I em “Economia antes do regime”.

⁶⁶ Em sua medida, Keynes (1973) assim definiu o Estado intervencionista: “Estava assim legitimada a ação do Estado como elemento integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico” (KEYNES, 1973, p.15)

⁶⁷ Também reside nesse argumento a vontade de Hitler de evitar complicar-se perante os aliados de Versalhes, principalmente no primeiro momento, que a Alemanha não estava preparada para qualquer sanção ou imposição dos Aliados.

deveria ser o “first spark” ao investimento privado à luz keynesiana, mas na verdade se tornou permanente na economia, ainda que posteriormente, a partir de 1936, tenha se voltado ao rearmamento. O investimento privado, apesar de regulado via contratos⁶⁸, era incentivado a certos setores elencados como estratégicos pelo nazismo, enquanto que restringido a outros que pudessem concorrer de alguma maneira com os interesses do Estado, isso perdurou até o fim do regime. Ou seja, o governo fazia concessões a um e penalizava o outro conduzindo a economia conforme a sua vontade.

Aqui, quando é tratada a questão acerca da natureza desses contratos e do controle estatal sobre as empresas e a economia, é importante salientar a visão de muitos teóricos sobre uma possível tendência ao socialismo devida pelo grau de autoritarismo estatal sobre os mais diversos setores da economia, com ênfase no setor privado. Fato é que, enquanto o regime sobreviveu, ele se mostrou capitalista em sua totalidade com uma grande medida de autoritarismo, característica registrada de regimes ditatoriais. Isso já foi verificado pelo respeito a propriedade privada e, ainda na questão contratual, pela certa autonomia deixada para as firmas, as quais somente deveriam seguir indicativos de produção.⁶⁹ Apesar de muito abordada por inúmeros autores, não parece haver o que se falar em socialismo dada a importância que o *Reich* deu ao investimento privado e sua necessária atuação na economia.

Overy (1982) argumenta que não eram apenas alguns controles sobre a economia, mas sim uma complexa extensão de controles para toda uma economia funcionar. Os controles impostos sobre preços, salários e sobre o comércio internacional deveriam ajudar a política monetária a manter-se conservadora, mesmo que os métodos de financiamento não o fossem. O controle de salários, nos primeiros anos, ajudou a reduzir os custos para a indústria, principalmente porque eles já tinham sido fixados em níveis baixos durante a depressão. Depois, essa mesma política ajudou a compensar o aumento do consumo de bens causado pelo aumento da massa salarial, bem em linha com a política de redistribuição de renda. Aqui cabe constatar que o intuito do nazismo, conforme já comentado anteriormente, era financiar-se através de um alto nível de impostos que restringia o consumo. Não cabe aqui, analisar a política em questão à luz keynesiana, pois, em nenhuma medida, elas buscavam o mesmo objetivo. Enquanto Schacht buscava aumentar as fontes de financiamento alemães, Liu (2013) aponta que Keynes ao defender o oposto, um encorajamento do consumo e uma redução da

⁶⁸ Para mais explicações sobre esse tipo de regulação sobre as empresas, ver Ensaio II, em “Big Business x Nazismo”.

⁶⁹ A relação entre os industriais capitalistas e o Estado Nazista durante o Terceiro Reich já foi objeto de estudo desse trabalho, ver Ensaio II, em “Big Business x Nazismo”.

poupança, buscava incentivar a expansão da demanda agregada e, conseqüentemente, da renda.

Overy (1982) explica a política de redistribuição de renda:

“Longe de perseguir políticas keynesianas na década de 1930, o governo nazista controlava o crescimento da demanda, intervindo ativamente restringindo a crescente propensão a consumir nos primeiros anos de recuperação, redistribuindo renda para aqueles com menor propensão a consumir ou deliberadamente criando poupança.” (OVERY, 1982, p. 33)

As conseqüências sociais dessa política são ressaltadas por Abelshauser (2000):

“É particularmente notório que os autônomos no comércio e no artesanato claramente, e de maneira contínua, melhoraram sua participação no total da renda privada, enquanto que os assalariados puderam aumentar sua participação apenas ligeiramente até 1936, apesar de um aumento da sua quantidade. Correspondentemente, a distribuição interpessoal da renda retornou a um grau de desigualdade observado em períodos anteriores. Considere as parcelas da renda privada total recebida pelos 10% mais ricos, os 40% seguintes e os 50% inferiores dos recebedores de renda. O quadro seguinte surge. Em 1936, os 10% mais ricos representavam uma quota de rendimento quase tão grande como em 1913. A parte dos rendimentos do grupo dos 50% mais baixo caiu acentuadamente entre 1928 e 1936, de 25% para 18%. Nunca, no século XX, aqueles que compunham a maior parte dos 50% dos beneficiários de renda - trabalhadores, funcionários administrativos, funcionários públicos e autônomos - vivenciam tal perda de status econômico.” (ABELSHAUSER, 2000, p.149)

Os controles estatais também alteraram as condições políticas, com a extinção dos sindicatos e a supressão das negociações salariais particulares. Toda a resistência das massas trabalhadoras, que outrora foram eficazes, acabou sucumbindo a um dirigismo econômico cada vez maior. Segundo Tooze (2006), isso fez parte de uma agenda de “desmobilização popular abrangente” que agradava muito os industriais. Enquanto isso a propaganda nazista argumentava que era para uma futura prosperidade da nação.

Todavia, nem o investimento privado se livrou, não obstante a já comentada aliança entre os industriais e os nazistas⁷⁰, a regulação e a agenda intervencionista do estado alcançaram os grandes capitalistas. Primeiramente, a reorganização a nível de firma em cartéis compulsórios em muito beneficiou os grandes grupos empresariais. Logo foi imposta uma nova estrutura em grandes grupos setoriais que acabou criando uma burocracia administrativa que em nada agradou a grande indústria. Houve também a proibição da distribuição de dividendos e lucros com o intuito de incentivar o investimento privado através do reinvestimento desses. O grande problema veio quando houve a reorientação para a guerra e o maior controle estatal. Conforme também apresentado no ensaio anterior, a oposição as novas políticas indicativas do regime levaram a uma “queda de braço” pública entre o governo e a indústria, sendo a última a mais afetada.

⁷⁰ Ver Ensaio II, em “Big Business x Nazismo”.

Quanto ao cenário externo as restrições representaram grandes desafios ao governo nazi-fascista. À luz da diminuição dos fluxos internacionais, a Alemanha lidava com uma crise cambial decorrente do aumento dos gastos com importações que crescia de maneira desfavorável em relação a demanda de exportações. Havia também a questão, tratada como consenso, da necessidade de importar alimentos para suprir sua demanda doméstica. Esses fatores concorreram com a necessidade de reservas para a importação de insumos essenciais para os interesses do Estado. Cabe lembrar que era objetivo primário do governo a busca pela autossuficiência para evitar que qualquer dependência externa viesse afetar o Estado Alemão⁷¹. A saída encontrada foi o governo decretar o monopólio do Estado no comércio exterior, controlando assim as importações dado as suas prioridades econômicas e promovendo a exportação através de subsídios. A maior medida, no entanto, foi a política de acordos bilaterais, principalmente com países do Leste Europeu. Através dela, mesmo não tendo o resultado desejado, a Alemanha conseguiu utilizar moeda inconvertível como meio de transação. A toda essa política externa se deu o nome de *New Plan*⁷².

Quanto ao controle de preços, de acordo com Tooze (2006), a iniciativa foi necessária para responder uma inversão da tendência deflacionista dos preços de mercado. Entre 1933 e 1934, o índice de preços aumentou de tal maneira que foi suficiente para recordar o medo da inflação. Todas essas políticas de controle e regulação tiveram exceções determinadas pelo grau de importância dos elementos ao governo nazista. Não se deve entender que foram rígidas e sempre impostas aos agentes econômicos. Como esse mesmo estudo tem demonstrado, o setor privado foi de suma importância para o regime nazista. Sobre isso Liu (2013) comenta:

“(...) Hitler e os outros líderes nazistas, que achavam que era prudente não se opor aos industriais e também que precisariam do apoio deles para ganhar o poder e executar os planos de rearmamento.”
(Liu, 2013, p. 2)

Overy (1982) resume bem a relação da teoria keynesiana, ainda que não proposta como viria a ser em 1937, e a expansão da demanda agregada e do emprego através da política de gastos do governo nazi-fascista:

“Foi Keynes quem primeiro divulgou essa ligação entre os gastos do governo e um aumento na renda. Keynes argumentou que qualquer aumento nos gastos do governo teria o efeito ‘multiplicador’ de produzir mais renda do que o valor do gasto inicial por causa do aumento da demanda e do emprego que

⁷¹ A essa política foi dada a denominação de Autarquia (*Autarky*). Para mais informações, ver Ensaio I.

⁷² Para uma abordagem mais completa sobre o *New Plan*, ver Ensaio I.

geraria. No nível primário, encorajaria aqueles que tomavam contratos com o governo a expandir negócios, aceitar mais trabalhadores e pedir mais mercadorias. Além do nível primário, havia efeitos secundários quando os trabalhadores recém-empregados gastavam seus salários em bens; e assim por diante. Os economistas debateram na década de 1930 o que exatamente a proporção de gastos em renda era. Keynes sugeriu que a razão sob condições médias era de 1: 2,5 ou 3. Na Alemanha nazista, a proporção era substancialmente menor. Erbe calculou um multiplicador de 1,5 - um aumento nas despesas do governo de 32,6 bilhões de marcos e um aumento na receita de 52,7 bilhões. Dadas as enormes somas de dinheiro gastas pelo governo, o aumento da renda foi muito menor do que se poderia esperar.” (OVERY, 1982, p. 43)

É inegável que a programa de geração de empregos tem um cunho keynesiano por trás, com a sensatez de não ser só “cavar buracos no chão” para gerar renda.⁷³ Porém, Overy (1982) vai mais além e de maneira assertiva, ele define que só o orçamento deficitário e a intervenção estatal não eram suficientes para classificar uma economia como keynesiana. Se fosse assim, ele ironiza, ignorados os níveis de controle governamental, Hitler e Stalin seriam keynesianos.⁷⁴

Já Abelshauser (2000) defende uma linha keynesiana para todo o período econômico nazista. Primeiramente, o autor acredita numa recuperação keynesiana através de uma política de déficits orçamentários e expansão do crédito para beneficiar a demanda agregada e impactar o produto e renda, seguido de um “keynesianismo militar” de larga escala beneficiado pelo amplo dinamismo econômico criado pela recuperação e incentivado pelo desvio do investimento privado para o esforço do rearmamento se juntando a um já presencial investimento estatal.⁷⁵

III. 3 – Ainda mais controle estatal

O direcionamento da economia até o Segundo Plano Quadrienal foi totalmente voltado para a recuperação. Porém, com um memorando, Hitler mudou toda a economia. Se até aquele momento o foco era a indústria automobilística e o rearmamento, todo o foco foi mudado para o esforço de guerra. E esse movimento foi baseado numa maior intervenção e controle sobre toda a economia alemã, que agora passava a ser chamada economia de guerra. Esta deveria funcionar tanto na guerra, quanto na paz, mas para isso era necessária a mobilização total de economia. Porém durante esse mesmo período os limites da economia alemã começaram a aparecer, evidenciados pela estagnação nos índices de crescimento.

⁷³ Para mais informações, ver KEYNES, 1973, p. 214-216.

⁷⁴ Ver OVERY, 1982, p. 53.

⁷⁵ Ver ABELSHAUSER, 2000, p.192.

Ao assumir um nível mais elevado no controle da economia, no que tange o investimento, o Estado passou de elemento aditivo para substitutivo. Isso ocorreu, segundo Overy (1982), pelos contratos impostos pelo governo, que não incentivavam a competição, e pela ineficiência das empresas que aderiram. Faltou então aquela pressão por uma melhor eficiência e inovação, que parecia não ser importante para o Estado. Ademais, a já citada reestruturação do setor industrial, tornara a economia muito complexa e descentralizada. O resultado imediato disso foi um excesso de burocratização que por si só, não foi tão significativo até então.

Todos esses fatores concorreram para minar a produtividade do trabalho, apesar do alto investimento público e dos altos lucros garantidos as firmas, afetando produto industrial alemão no fim da década de 30.

III.4 - Conclusão

Segundo Overy (1982), a grande questão sobre a economia alemã nazista residia na relação da performance econômica com o regime de governo adotado. A política econômica acabou sendo determinada mais pelas circunstâncias estritamente políticas do que por questões econômicas. O sistema de governo alemão da era nazista foi único: produto de políticas econômicas coercitivas centradas em gastos do governo para reavivar o investimento, controle da demanda e preparação para a guerra. Todos esses fatores ainda foram condicionados às seguintes características: disputa de interesses, a coexistência da propriedade privada com o autoritarismo intervencionista estatal, além, é claro dos propósitos imperialistas e expansionistas de Hitler. Isso foi comumente chamado de “Primazia da Política”.

Feijó (2009) ressalta que o modelo econômico nazista possa ter sido eficiente para a Alemanha, apesar de não ter alcançado o modelo de estado centralizado e nem mesmo atingido um nível de mobilização para a guerra que levasse a economia alemã a concentrar todos os esforços na obtenção da vitória.

Por fim, quanto as assertivas de muitos teóricos a associação das políticas nazistas à teoria keynesiana, Overy (1982) conclui muito bem ao afirmar que “a economia nazista não era um protótipo de gastos do governo keynesianos, mas um pacote inteiro de controle, um sistema

de controles, denominado por Neumann⁷⁶ como ‘economia de comando’. (OVERY, 1982, p.40)

⁷⁶ Franz Neumann, importante analista do período nazista, citado anteriormente no Ensaio II, em “Big Business x Nazismo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELSHAUSER, Werner. “Germany: guns, butter and economic miracles”. In: HARRISON, Mark (org). *The Economics of World War II: Six Great Powers in International Comparison*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp 148-199.

ABREU, Marcelo de Paiva. “Keynes e as consequências econômicas da paz”. In: KEYNES, J.M. *As Consequências Econômicas da Paz*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2002.

BUCHHEIM, Christoph & SCHERNER, Jonas. “The Role of Private Property in Nazi Economy The Case of Industry”. *The Journal of Economic History*, Vol. 66, n.2, pp. 390-416, 2006.

COUTO, J. M. & HACKL, Gilberto. “Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950)”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3(31), pp. 311-341, 2007.

DELONG, J.B. “Nazis and Soviets”. In: *Slouching Towards Utopia?: The Economic History of the Twentieth Century*. Berkeley, University of California, 1997.

EICHENGREEN, Barry e SACHS, Jeffrey. “Exchange Rates and Economic Recovery in the 1930s”. *The Journal of Economic History*, Vol. 45, No. 4, pp. 925-946, 1985.

FEIJÓ, Ricardo L. C. “Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944)”. *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 2 (114), pp. 245-266, 2009.

FRANCE, *Treaty of Peace with Germany* (1919). Versailles, June 28, 1919. Article 231-247. Disponível em: <<https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000002-0043.pdf>>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2018.

FRANCO, Gustavo H. B. “Auge e Declínio do Inflacionismo no Brasil”. In: GIAMBIAGI, Fábio et al (org). *Economia Brasileira Contemporânea:1945-2004*. Rio de Janeiro, Campus, 2005, pp. 258-283.

GIMENEZ, Denis Maracci. *Políticas de Emprego no Século XX e o Significado da Ruptura Neoliberal*. São Paulo, Annablume,2003.

HITLER, Adolf. *Minha luta - Mein Kampf*. São Paulo, Centaurus Publicações, 2016.

KEYNES, J. M. *As Consequências Econômicas da Paz*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2002.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Juro, Emprego e Moeda*. Londres, Macmillan Press, 1973.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo, Editora Cultrix, 2013.

LIU, Larry. "Economic Policy in Nazi Germany". Penn History Review, s/vol, s/n., 2013.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã 1918-1923*. São Paulo, Editora UNESP, 2005.

OVERY, Richard. *The Nazi Economic Recovery (1932-1938)*. Londres, Macmillan, 1982.

OVERY, Richard. *War and Economy in the Third Reich*. Oxford, Oxford University Press, 1995.

RITSCHL, Albrecht. "Dancing on a Volcano": The Economic Recovery and Colapse of Weimar Germany, 1924-33". In: BALDERSTON, Theo (org). *The World Economy and National Economies in the Interwar Slump*. London, Palgrave Macmillan, 2003, pp. 105-142.

SCHACHT, H. *My first Seventy-Six Years*. London, Allan Wingate, 1955.

SHIRER, William L. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich Vol. 1*. Rio de Janeiro, Agir Editora, 2008.

STEVENSON, David. *1914-1918: A história da Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Novo Século Editora, 2016.

TOOZE, Adam. *The Wages of Destruction: The Making and Breaking of the Nazi Economy*. Londres, Allen Lane-Penguin, 2006.